



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA



KEIVAN DE CASTRO ALMEIDA GACHIDO DE SOUZA

**O papel do FMI na implementação do Neoliberalismo na América
Latina nos anos 1980: Caracterização e Críticas**

CAMPINAS
2024

KEIVAN DE CASTRO ALMEIDA GACHIDO DE SOUZA

**O papel do FMI na implementação do Neoliberalismo na América
Latina nos anos 1980: Caracterização e Críticas**

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Giuliano
Contento de Oliveira

CAMPINAS
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

So89p Souza, Keivan de Castro Almeida Gachido de, 2000-
O papel do FMI na implementação do neoliberalismo na América Latina nos anos 1980 : caracterização e críticas / Keivan de Castro Almeida Gachido de Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador(es): Giuliano Contento de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia.

1. Neoliberalismo - América Latina. 2. Fundo Monetário Internacional. 3. Capitalismo. I. Oliveira, Giuliano Contento de, 1979-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: The role of the IMF in the implementation of neoliberalism in Latin America in the 1980s : characterization and critiques

Palavras-chave em inglês:

Neoliberalism - Latin America

International Monetary Fund

Capitalism

Títuloção: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Giuliano Contento de Oliveira [Orientador]

Diego Garcia Angelico

Data de entrega do trabalho definitivo: 28-11-2024

KEIVAN DE CASTRO ALMEIDA GACHIDO DE SOUZA

O papel do FMI na implementação do Neoliberalismo na América Latina nos anos 1980: Caracterização e Críticas

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data de aprovação: 28 / 11 / 2024

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). Giuliano Contento de Oliveira – Presidente da banca
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof(a). Dr(a). Diego Garcia Angelico – Docente convidado
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Giuliano, pelo apoio, orientação e paciência ao longo de toda a jornada de desenvolvimento deste TCC.

Aos meus familiares, especialmente aos meus tios, Max e Flávia, pela compreensão, companheirismo e incentivo incondicional durante todo o processo acadêmico. Sem o apoio de vocês, este trabalho não seria possível.

Aos meus amigos e colegas de faculdade, que estiveram ao meu lado, compartilhando experiências, desafios e momentos de aprendizado. O apoio mútuo foi essencial para que eu superasse os obstáculos desta caminhada.

À minha companheira, Thaís. Sem você, esse trabalho simplesmente não teria acontecido. Obrigado por tudo.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica latino-americana, com base nos casos de Argentina, Brasil, Chile e México; como se deu o desenvolvimento do Neoliberalismo na América Latina e quais suas especificidades; e as críticas de Edmar Bacha e Paulo Nogueira Batista sobre o fenômeno do neoliberalismo na América Latina. Argumenta-se que os acordos com o FMI resultaram em uma série de transformações econômicas que, embora tivessem o objetivo de estabilizar as economias e resolver problemas fiscais e de dívida externa, frequentemente geraram efeitos negativos, como o aumento do desemprego e o agravamento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: neoliberalismo; FMI; América Latina; Capitalismo

ABSTRACT

The present work aims to analyze the influence of the International Monetary Fund (IMF) on Latin American economic policy, based on the cases of Argentina, Brazil, Chile, and Mexico; how the development of Neoliberalism took place in Latin America and its specificities; and the critiques by Edmar Bacha and Paulo Nogueira Batista regarding the phenomenon of neoliberalism in Latin America. It is argued that the agreements with the IMF resulted in a series of economic transformations that, although aimed at stabilizing economies and resolving fiscal and external debt issues, often generated negative effects, such as increased unemployment and worsened social inequalities.

Keywords: neoliberalism; IMF; Latin America; capitalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – Caracterização Teórica do Neoliberalismo	10
1.1 Introdução ao Neoliberalismo	10
1.1.1 Trajetória de Agentes-Chave da Consolidação do Neoliberalismo	13
1.2 A Fundação Macroeconômica Teórica do Neoliberalismo	24
1.3 O Neoliberalismo e a América Latina	31
CAPÍTULO 2 – O FMI e a América Latina	46
2.1 A Visão do Fundo	46
2.2 Análise de conjunto seletivo de dados para Argentina, Brasil, Chile e México	55
2.2.1 Argentina	56
2.2.2 Brasil	58
2.2.3 Chile	60
2.2.4 México	63
2.3 Comparação entre os países	65
CAPÍTULO 3 – As críticas ao Neoliberalismo e ao FMI	68
3.1 A crítica de Edmar Bacha	68
3.2 A crítica de Paulo Batista	70
Considerações finais	73
REFERÊNCIAS	77

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Commercial Debt Crisis, 1981-89	53
Quadro 2 - Dados macroeconômicos - Argentina	56
Quadro 3 - Dados macroeconômicos - Brasil	58
Quadro 4 - Dados macroeconômicos - Chile	60
Quadro 5 - Dados macroeconômicos - México	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - The restoration of class power: share in national income of the top 0,1% of the population, US, Britain, and France, 1913-1998	33
Gráfico 2 - The wealth crash of the 1970s: share of assets held by the top 1% of the US population, 1922-1998	34
Gráfico 3 - The flow of tribute into the US: profits and capital income from the rest of the world in relation to domestic profits	37
Gráfico 4 - Empréstimos FMI em SDR, 1950-89	49
Gráfico 5 - Taxa de Juros (%) Efetiva do FED	50
Gráfico 6 - Estoque de dívida externa em US\$, 1970-2000	51
Gráfico 7 - Fund Credit Outstanding to Heavily Indebted Countries, 1973-89	54

INTRODUÇÃO

*"I got a bone to pick with capitalism
And a few to break
Grab us by the throat
And shake the life away
Human life is not commodity, figures, statistics or make-believe"
(Refused, "Worms of the Senses / Faculties of the Skull")*

O presente trabalho busca estudar a atuação dos Estados latino-americanos, em especial pelo uso da política econômica, no contexto das duas últimas décadas do século XX. A partir da abordagem histórica e do método de revisão bibliográfica, abordaremos ao longo de três capítulos.

A década de 1980 foi marcada pela adoção de políticas neoliberais em vários países da América Latina, visando reformular a economia de forma a promover a livre iniciativa, a redução do papel do Estado e a integração aos mercados internacionais. O Neoliberalismo, com suas bases no pensamento econômico de Milton Friedman, Friedrich Hayek e outros economistas da Escola de Chicago, pregava a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas estatais, a abertura comercial e a implementação de políticas fiscais austeras.

O FMI desempenhou um papel crucial na implementação dessas políticas neoliberais por meio dos empréstimos condicionados a severas reformas estruturais. Durante a década de 1980, seguindo os dois choques do petróleo e o choque Volcker, muitos países latino-americanos enfrentavam crises fiscais e dívida externa elevada. O FMI forneceu crédito, mas impôs condições rigorosas, como cortes de gastos públicos, privatizações e abertura de mercados. O estudo dessas medidas e suas consequências é essencial para entender como as políticas de "ajuste estrutural" afetaram as economias locais, resultando em recessão, aumento da pobreza, desigualdade social e, muitas vezes, em instabilidade política.

Primeiramente, o trabalho busca compreender a influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica latino-americana; como se deu o

desenvolvimento do Neoliberalismo na América Latina e quais suas especificidades; e as perspectivas críticas sobre o fenômeno Neoliberal na América Latina.

O debate sobre a atuação do FMI envolverá a análise do *mainstream* econômico do período, bem como o racional econômico e as relações de poder internacionais envolvidas em seus planos desenvolvidos para a região. Já o debate sobre o desenvolvimento do Neoliberalismo na América Latina envolverá uma discussão sobre as raízes do Neoliberalismo, bem como elas se relacionam com a região.

O momento histórico que analisaremos no trabalho é essencial para compreendermos a situação atual da América Latina e sua inserção global na divisão internacional do trabalho, bem como sua relação com os países que compõe o centro do capitalismo. Além disso, é essencial compreendermos o histórico da região para pensarmos a formulação de possibilidades voltadas ao desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos.

CAPÍTULO 1 – Caracterização Teórica do Neoliberalismo

1.1 Introdução ao Neoliberalismo

Abordaremos o aspecto filosófico-econômico do Neoliberalismo a partir das visões de Hayek e Friedman, responsáveis por levar o debate da liberdade individual sob um Estado interventor para o público geral. Em ambos é possível observar duas relações importantes para a compreensão do Neoliberalismo: a relação economia-política e a relação individualismo-liberdade. Para estes dois, a economia não é dissociável da política: decisões que inicialmente podem ser consideradas puramente da esfera política ou econômica afetam a outra esfera. Assim, a política, principalmente através do Estado, gera impactos na economia e vice-versa. Ambos entendem que ações intervencionistas do Estado são negativas do ponto de vista econômico e das liberdades individuais. Enquanto Hayek destaca o impacto humano da redução dessas liberdades, se preocupando principalmente com a possibilidade de um Estado fascista, Friedman destaca os impactos econômicos da redução das liberdades individuais, como a piora da competição, do produto da economia etc. Para ambos, a liberdade econômica e a liberdade política estão profundamente relacionadas e, por consequência, controlar a liberdade econômica de um indivíduo é controlar sua liberdade política.

Hayek (1990), traça uma relação direta entre a intervenção do Estado na economia e o socialismo, pois a intervenção seria o principal meio pelo qual os objetivos socialistas de distribuição de renda podem ser atingidos. O problema estaria no fato de que esse meio é o mesmo pelo qual o autoritarismo ganha sua força na sociedade. Seguindo essa lógica, o caminho através do qual o bem-estar pode ser atingido deve ser oposto ao do planejamento econômico, ou seja, o caminho das forças de concorrência. Nesse caso, Hayek não está pensando na concorrência livre e absoluta do Liberalismo clássico, mas sim em uma concorrência que funciona segundo leis e regras estabelecidas pelo Estado de acordo com um princípio mercadológico de mínima intervenção e regulação. Nessa filosofia, há um constante entrelaçamento entre os valores de mercado e o bem geral da sociedade fora da esfera de mercado, ou seja, os valores de mercado devem ser prevaletentes até quando a questão tratada não é uma questão puramente econômica ou de mercado.

Ao relacionar tão profundamente os valores de mercado com a sociedade, a ótica da oferta, fator controlado pelo mercado, ganha força. É a oferta que deve ser cultivada e protegida acima dos outros fatores e, por consequência, os agentes responsáveis pela oferta são os que devem ser priorizados pelas políticas econômicas. Inicialmente, a ideia de priorizar uma determinada classe de indivíduos parece ser conflitante com o aparente ideal da liberdade econômica e social para todos os indivíduos, mas ao considerar que a filosofia Neoliberal recusa uma hierarquia de valores estabelecidos fora da lógica de mercado e abraça valores definidos principalmente através da lógica de mercado, torna-se possível compreender que as desigualdades existentes dentro das relações mercadológicas, principalmente em relação ao comportamento de valorização do capital e exploração do trabalho, serão mantidas e reforçadas pelo próprio sistema proposto, não gerando uma contradição real. Mesmo não havendo uma contradição, há uma diferença entre os valores internos do Neoliberalismo e a percepção externa do que são esses valores, o que causa atritos e conflitos que posteriormente exploraremos.

Há uma relação parecida quando falamos do papel do Estado na sociedade Neoliberal. Inicialmente, parece ser proposto um Estado que não intervém na economia ou nas relações de mercado, mas o Estado Neoliberal funciona como um Estado altamente interventor, apenas não da mesma forma que o Estado keynesiano. As intervenções do Estado Neoliberal são previstas e esperadas por seus formuladores, incluindo Hayek e Friedman, mas elas são direcionadas ativamente num sentido pró-oferta e pró-empresários, podendo ser observadas no dever do Estado de realizar ativamente políticas que busquem a taxa natural de desemprego, como é feito através do rompimento sumário de sindicatos (ANDERSON, 1995).

Friedman (1984), por sua vez, entende o mercado como uma instituição impessoal e natural, se aproximando mais da visão Liberal clássica sobre o mercado e seus mecanismos. Além disso, Friedman também entende o mercado como uma instituição autossuficiente e capaz de atingir equilíbrios e crescimentos sem intervenção ou regulamentação do Estado. Assim, a descentralização do poder do governo seria necessária e desejável para o funcionamento das instituições de mercado e para garantir que os indivíduos não sofram coerção. Enquanto Hayek entendia que a organização da sociedade via mercado resultaria em avanços sociais devido à natureza do mercado e dos indivíduos, Friedman entende que o papel do

capital e dos detentores de capital é apenas o de gerar mais capital, não havendo uma responsabilidade social destes para com os não-detentores de capital.

Onde Hayek enxerga um fim moral e social na liberdade de mercado, Friedman entende a liberdade de mercado como um fim em si mesmo. Essas duas visões se misturaram e coexistiram dentro dos grupos de pensadores neoliberais, além de estarem presentes de formas diversificadas em diferentes culturas, como propõe Foucault (2008), mas o fator comum entre elas, o mercado como um fim, é o ponto central da sociedade Neoliberal. Esse ponto dominará as outras esferas da vida social: as leis funcionarão com essa lógica, assim como as ações do Estado e as ações individuais.

Outra visão sobre o Neoliberalismo foi proposta por Foucault, entendendo o Neoliberalismo como uma forma de governar. Nessa visão, o Estado busca o seu bem-estar como principal objetivo, tentando manter-se permanente e forte dentro da sociedade, o que pode ser feito através de diversos formatos. Assim, a forma Neoliberal é aquela encontrada pelo Estado para manter seu poder diante de uma sociedade que se organiza de acordo com valores diferentes dos anteriormente vigentes. Na forma Neoliberal, o Estado mantém limitações que são intrínsecas a ele, pois é dessa forma que ele consegue validação social. Entretanto, a limitação autoimposta pelo Estado não é uma limitação arbitrariamente criada, mas sim uma limitação que segue o ethos, ou seja, possui uma relação com as instituições externas ao Estado. No caso Neoliberal, estamos falando da instituição Mercado.

O mercado é uma instituição que necessita da validação do Estado para existir. Assim, forma-se uma relação entre o mercado e o Estado: enquanto o Estado funciona dentro de seus limites autoimpostos conforme a lógica de mercado, este oferecerá respaldo para a existência do Estado e de suas funções, enquanto o mercado é validado pelo Estado para funcionar dentro de uma determinada moldura criada para impedir que as anomalias do livre-mercado destruam a competição entre agentes econômicos. Aqui, diferente do liberalismo clássico, a dimensão do mercado que ganha relevância é a da competição, e não a das trocas.

A competição segundo parâmetros de mercado se torna a nova forma de organização social: os indivíduos e as famílias funcionam como pequenas empresas que estão em constante competição; a ideia do capital humano de Lucas (SNOWDON, VANE, 2005) se torna um guia para as ações dos indivíduos, que entenderão suas decisões como escolhas de investimento para as quais o maior retorno financeiro

possível deve ser buscado; a educação se torna uma ferramenta exclusiva para o aumento do capital humano e da produtividade individual; as políticas públicas são julgadas conforme o retorno obtido sobre o investimento feito, não a partir de ideais morais de um povo ou nação; e as leis são voltadas para reforçar o papel do Estado e dos indivíduos dentro dessa lógica. Dentro dessa nova forma de governar, o utilitarismo se torna uma tecnologia de governo que limita as intervenções segundo a utilidade delas: “Colocar a um governo, a cada instante, a cada momento da sua ação, a propósito de cada uma das suas instituições, velhas ou recentes, a questão: é útil? É útil para quê?” (FOUCAULT, 2008, p. 55).

1.1.1 Trajetória de Agentes-Chave da Consolidação do Neoliberalismo

O Neoliberalismo não foi criado quando se consolidou. Ele é, na verdade, uma ideologia que começa a se desenvolver em um formato mais próximo ao que vemos hoje durante a década de 30, com a crise do *laissez faire*. Diversos dos economistas e pensadores que contribuíram para a formação da ideologia Neoliberal extraíram ideias e conceitos dos trabalhos que Ludwig von Mises (HOOVER, 2003) desenvolveu ao longo dos anos 20, enquanto a Áustria estava em crise. Entre tais economistas, merecem destaque Hayek e Friedman, que mesmo tendo o auge de suas produções intelectuais durante o período de domínio do capitalismo keynesiano, buscaram criar propostas alternativas recorrendo ao liberalismo clássico para explicar a crise que o capitalismo enfrentava naquele período, desenvolvendo ou retrabalhando ideias já conhecidas entre os economistas. Entretanto, as propostas de reformulação do liberalismo não ganharam destaque, as condições materiais da maioria da população nos países desenvolvidos estavam em declínio, enquanto desemprego e a inflação atingiam altas históricas. Nesse contexto, governos que escolheram a via liberal de esperar a regulação autônoma do mercado entraram em crise política, além de resultar em um agravamento da já existente crise econômica, como evidencia o caso alemão. Assim, o curso estratégico tomado para resolver a situação foi a da intervenção econômica, feita principalmente através do aumento do gasto público e do controle governamental sobre a política monetária, como fez os EUA sob Roosevelt e a Alemanha ao fim da República de Weimar e sob Hitler.

Apesar de ter sido criada sobre uma base teórica previamente existente, o Neoliberalismo é fortemente caracterizado economicamente pelo seu aspecto de

negação ao planejamento centralizado. O Neoliberalismo está, desde seus primeiros momentos, em um constante debate com as alternativas keynesiana, desenvolvimentista e socialista. Durante seu período de “obscuridade”, tal postura foi proveitosa por permitir a criação de um núcleo de ideias atraente para os opositores do status quo do dominante Estado interventor, entretanto, mesmo quando a ideologia Neoliberal assume a dominância na sociedade ocidental, ela mantém esse aspecto fundamental de se definir e caracterizar seus membros pela negação de ideias intervencionistas, aspecto comum de ser encontrado em grupos que se encontram nos extremos do espectro político aos quais o Neoliberalismo assume se opor.

Ao longo de todo seu período inicial, as ideias de renovação do liberalismo foram obscuras, sem adesão popular, política ou intelectual em massa. A trajetória de Hayek (HOOVER, 2003) reflete a trajetória das ideias Neoliberais da época: apesar de existirem pessoas adeptas e centros de resistência, o número destes diminuía constantemente conforme o keynesianismo ganhava força, além de estarem restritos a alguns pequenos grupos em centros acadêmicos e a grupos financiados ou com relação próxima de grandes empresários e detentores de capital.

Com o surgimento e ascensão do fascismo, as ideias Neoliberais ganham destaque pela primeira vez com a publicação d’O Caminho da Servidão, de Hayek, em 1944. O livro foi um sucesso na Inglaterra, onde foi originalmente publicado em meio ao racionamento de papel devido à 2ª Guerra Mundial, e nos EUA, onde foi publicado no final de 1944 pela University of Chicago Press. Apesar de não ter sido um livro inovador – boa parte das ideias expostas já haviam sido apresentadas por Mises cerca de duas décadas antes – ele serviu como uma oposição ao novo mainstream do planejamento estatal. Além disso, o livro chamou atenção para um debate que não ocorria fora dos ciclos acadêmicos, iniciando uma discussão em setores populares, abrindo espaço para essas ideias serem apresentadas na arena política e, principalmente, servindo como um estandarte unificador de uma ideologia que até então estava fragmentada e sem um representante popular.

O destaque ganho por Hayek com a publicação d’O Caminho da Servidão foi um ponto de inflexão na trajetória da ideologia Neoliberal. Isso não quer dizer que o Neoliberalismo se tornou a ideologia dominante do mundo Ocidental neste momento, isso só acontecerá nos anos 70, mas sim que houve uma conquista significativa de espaço e recursos para iniciar a inserção do Neoliberalismo no centro do debate econômico, político, social e iniciar o seu processo de consolidação. Além disso, O

Caminho da Servidão foi essencial para a popularização da visão Neoliberal sobre o socialismo e o fascismo, onde o socialismo se torna um sinônimo de quaisquer atividades interventoras antiliberais do Estado na economia e o fascismo é a única progressão lógica do desenvolvimento de um Estado interventor.

A criação desses símbolos para a ideologia e para o então novo movimento Neoliberal foram essenciais para permitir o início da expansão de sua influência e da atração de mais grupos sociais. Quando o Neoliberalismo se definia através da oposição ao fascismo, pautas morais e filosóficas eram usadas como argumentos básicos de contraposição, principalmente em relação às liberdades individuais. Tais argumentos são atrativos para grupos que se enxergam como progressistas ou minoritários dentro de uma sociedade, como grupos feministas, o que permitiu o envolvimento de diversos setores desses grupos com o movimento Neoliberal em seu estágio de consolidação. Entretanto, como apontado anteriormente na seção de Introdução, os valores internos do Neoliberalismo são diferentes da percepção externa sobre eles: enquanto determinados grupos que não participaram do primeiro momento do Neoliberalismo – o momento entreguerras caracterizado pela oposição ao intervencionismo econômico – se concentravam no aspecto de liberdades individuais como razão para apoiar ideias de livre mercado, os grupos criadores e articuladores da expansão do Neoliberalismo davam enfoque para o aspecto do livre mercado como um fim em si e pela já mencionada ótica empresarial da oferta.

Durante os movimentos estudantis de 1968, houve uma aproximação considerável entre os ideais de liberalização social com a liberalização econômica. A independência econômica de determinados grupos era vista como o melhor caminho de emancipação das relações de poder existentes. Entretanto, onde os grupos minoritários visavam uma possível mudança revolucionária na ordem social vigente, os Neoliberais buscavam permitir que o sistema econômico e social funcionasse de acordo com o seu ritmo natural. Ao assumir a existência de taxas naturais para as variáveis macroeconômicas, tal como fazem as escolas Monetarista e Novo Clássica (SNOWDON, VANE, 2005; HOOVER, 2003), assume-se que há um determinado ritmo na sociedade que não deve ser alterado sob o risco de causar desequilíbrios sociais e econômicos. Assim, mesmo havendo uma aproximação entre essas diferentes ideologias e grupos, ainda há uma diferença fundamental na forma de encarar a sociedade que impedirá a completa relação entre os dois.

Dessa diferença surge uma grande contradição do Neoliberalismo que foi essencial para sua consolidação: a capacidade de cooptar grupos que efetivamente são prejudicados pela implantação de suas ideias para defendê-las e apoiá-las. Grande parte de setores de classe baixa e média, principalmente desta última, se tornou adepta às ideias Neoliberais que são negativas para seu poder de classe, como podemos observar nas figuras 4 e 5. Sem esse apoio não haveria adesão popular suficiente para permitir a aprovação e manutenção de políticas cujo resultado é a concentração de renda. Entretanto, a adesão devido a propostas de liberdade social igualitária não se sustentaria com a constante piora do padrão de vida dos grupos apoiadores, o que torna necessário explicar como houve a manutenção desse apoio.

Ao analisar a trajetória dos movimentos sociais minoritários após a 2ª Guerra Mundial, observa-se que são movimentos contrapostos ao establishment keynesiano mais pragmático, onde não há uma busca por grandes rupturas ou revoluções sociais que causarão instabilidades nas sociedades desenvolvidas ocidentais - a memória do fascismo e da Crise de 29 ainda era muito recente – mas sim um controle da economia em um ritmo que a impeça de se desequilibrar e gerar um novo ciclo de crises do capitalismo. Como resultado, o Estado interventor, apesar de ter características de seguridade social, ainda era uma ferramenta de manutenção do status negativo desses grupos minoritários. Essa relação de oposição em relação ao Estado tinha similaridades com a oposição de pensadores Neoliberais ao Estado desse período, permitindo a criação de pontos de contato entre setores dos dois grupos, que posteriormente terão relações mais próximas em determinadas correntes de pensamento, como no Libertarianismo em sua vertente estadunidense.

Em *Capitalismo e Liberdade*, publicado em 1962, Friedman argumenta que o ambiente de mercado é propício para fomentar a igualdade social naturalmente, pois haveria desvantagens mercadológicas para os empresários em discriminar mão-de-obra baseando-se em questões de preconceito. Além disso, ele também defende propostas diretas de combate à pobreza e desigualdade, como o sistema de vouchers e o imposto de renda negativo, formas de fomentar a competição e o crescimento econômico que não exigem a intervenção direta do Estado. Nessa lógica, há uma noção de meritocracia que, apesar de ainda não completamente desenvolvida, é atraente para diferentes grupos. Para grupos marginalizados, a meritocracia significa que há uma possibilidade de mudança positiva atrelada exclusivamente à capacidade do indivíduo. Para grupos de classe média e alta, a meritocracia funciona como

justificativa para suas posições vantajosas na sociedade em comparação com as classes que estão abaixo destas. Naturalmente, essa concepção desconsidera as questões históricas e estruturais envolvidas na determinação da posição social de um indivíduo, mas ela ainda funciona como argumento convincente o suficiente para camadas significativas da população se associarem ao pensamento Neoliberal. Além disso, ainda havia o sentimento anticomunista do contexto da Guerra Fria, o que dificultava a aproximação com ideias socialistas mais frequentemente associadas com redistribuição econômica e modificações sociais profundas, principalmente no contexto do Macarthismo.

Posteriormente, com o avanço da desigualdade e a maior exploração sobre o qual o real é o ideal meritocrático, grupos que antes apoiavam ideais Neoliberais se dissociam deste e migram para o campo à esquerda do espectro político, o que torna necessário buscar uma nova base para permitir a expansão da ideologia. Para tanto, no final dos anos 70 e no começo dos anos 80 é criada uma relação entre o conservadorismo e o Neoliberalismo, coisa que conseguimos observar no Ocidente até os dias atuais. Tal relação será uma das responsáveis por permitir a ascensão do Neoliberalismo ao posto de principal ideologia nos países ocidentais.

A relação do Neoliberalismo com o conservadorismo existe desde o início do Neoliberalismo, mas de uma forma que não era clara. N'O Caminho da Servidão, Hayek propõe que a realização de atos moralmente corretos depende da liberdade dos indivíduos, pois indivíduos sem liberdades não são capazes de cometer atos morais ou imorais, eles apenas podem cometer os atos possíveis de serem cometidos (HAYEK, 1990). Assim, a liberdade se torna um preceito básico para a existência da moralidade e, por consequência, quanto maior a liberdade individual, mais moralmente corretos podem ser os indivíduos. Através da relação com a moralidade houve a aproximação entre grupos conservadores e a ideologia Neoliberal. Os governos Reagan, Thatcher e Pinochet são exemplos da profunda relação entre o conservadorismo e o Neoliberalismo. A imagem cultivada pelos principais grupos e representantes Neoliberais, buscando reforçar valores morais associados com o cristianismo e dando destaque ao núcleo familiar como unidade básica da sociedade, é refletida nesses três exemplos de líderes do Neoliberalismo, assim como na imagem pública de Friedman e Hayek.

Nos anos 80, com os governos Thatcher e Reagan, a frágil relação entre os grupos minoritários e o Neoliberalismo já estava majoritariamente rompida. Há uma

aproximação de diversas minorias com movimentos progressistas que não possuem um caráter pró-mercado e pró-empresariado, sendo um resultado do aumento de desemprego causado pela adoção das políticas de liberalização, desregulamentação e deflação. Nesse ponto, o mito da igualdade social não é mais necessário para manter a base de apoio do Neoliberalismo, pois esta já está fidelizada através da defesa dos ideais “morais” e da meritocracia criada via competição de mercado.

Quando aplicamos a ótica foucaultiana às relações que o Neoliberalismo tem com os diferentes grupos da sociedade, torna-se possível observar que o ethos Neoliberal começou a permear a maior parte da sociedade. A adoção do Neoliberalismo como uma das bandeiras dos grupos mencionados, mesmo que por um breve período, indica pontos de consenso sobre caminhos e objetivos destes diferentes grupos. Como apontou Anderson (1995), há uma aproximação não percebida por estes grupos diferentes, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, que passam a funcionar dentro de um mesmo framework, o Neoliberal. Um exemplo prático disso é a evolução do debate sobre a inflação e gasto público no último quarto do século XX: tanto nos campos progressistas quanto nos campos conservadores há uma defesa generalizada do conservadorismo fiscal e monetário.

O caso dos EUA sob Reagan e Clinton ilustra essa situação. De um lado, Reagan era um representante declarado do conservadorismo, do anticomunismo e do mercado, se elegendo com a defesa do que seria posteriormente chamado de trickle down economics, muito favorável para os maiores detentores de renda. Clinton era mais progressista do que Reagan, defendendo políticas sociais mais inclusivas, mas ainda se mantendo na ideia do superávit primário e do controle inflacionário. Ambos eram constantemente submetidos à avaliação sob parâmetros de mercado, entretanto, a relação que ambos tinham com as instituições mercadológicas eram diferentes. Reagan priorizou a camada mais rica da população em suas políticas econômicas, principalmente nos impostos, mas realizou grandes gastos públicos com o orçamento militar, causando um dos maiores déficits orçamentais da história dos EUA. Apesar de seus gastos, tinha grande popularidade com a população estadunidense e com os agentes de mercado. Clinton, por outro lado, buscou reorganizar as contas públicas através do corte de gastos militares e aumento de impostos sobre os mais ricos, conseguindo superávit em seus últimos anos como presidente, algo que não aconteceu nos EUA por cerca de 30 anos. Contudo, mesmo

tendo apresentado resultados consideravelmente melhores em indicadores importantes para a lógica mercadológica, quase sofreu um impeachment.

Nesse ponto, podemos afirmar que os movimentos do sistema econômico-social são no sentido do Neoliberalismo, mas ainda precisamos explicar o aparato através do qual esses movimentos ocorrem. Para tanto, precisamos entender o aparato de consolidação em dois níveis: inicialmente olharemos a camada superficial e concreta do que ocorreu através da trajetória-exemplo de Hayek; depois, entenderemos a camada abstrata das instituições envolvidas a partir da ótica foucaultiana.

Hayek passou o início de sua carreira acadêmica na Áustria e na Inglaterra, defendendo uma visão liberal fortemente influenciada por Mises e estando relegado a um espaço quase insignificante no debate econômico (HOOVER, 2003). Sua aversão ao planejamento estatal tem raízes na sua experiência como soldado durante a 1ª Guerra Mundial, se desenvolvendo enquanto observava seu país cedendo ao fascismo e ao antissemitismo. Desde os anos 1930, com seu trabalho na London School of Economics, Hayek teve contato com a Rockefeller Foundation, uma das principais apoiadoras da LSE e de sua linha econômica liberal. Em 1938, acontece o Colloque Walter Lippman, o primeiro grande encontro de pensadores alinhados com o liberalismo e que rejeitam o sistema do *laissez faire*, no que viria a ser um precursor da *Mont Pelerin Society*. Com o colóquio, conseguimos observar pela primeira vez um indicativo da coordenação de indivíduos relacionados ao Neoliberalismo que, posteriormente, seria aprimorada em uma grande estrutura de influência e disseminação da ideologia Neoliberal.

Em 1945, Hayek viaja pelos EUA fazendo palestras para diversos estudantes e empresários, entrando em contato com Harold Luhnow, responsável por financiar os salários de Mises e Hayek nos EUA, as palestras de Friedman que resultariam em *Capitalismo e Liberdade*, a *Mont Pelerin Society* e a *Foundation for Economic Education*, talvez o primeiro *think tank* Neoliberal na América. A partir de 1946, Hayek estabelece-se nos EUA e começa a visitar diversas faculdades para dar aulas e divulgar a ideologia Neoliberal para estudantes em formação, ainda financiado por Luhnow. Esse padrão será repetido nas próximas décadas por diversos economistas e empresários, se expandindo para mais *think tanks* que buscam influenciar faixas progressivamente mais jovens da população, formando uma base de apoio que será responsável pela futura dominação do Neoliberalismo. Eventualmente as aulas e

exposições de ideias passam a ocorrer fora do ambiente acadêmico, envolvendo grupos que não são exclusivamente compostos por economistas ou empresários.

Em 1950, Hayek se estabelece na *University of Chicago*, que também era financiada pelos Rockfeller, e tinha uma significativa veia liberal que fluía de acordo com os interesses de seus financiadores. Já no final da década de 50, o *Institute of Economic Affairs* foi fundado por Anthony Fischer sob influência de Hayek, com o objetivo de avançar a agenda liberal e seus ideais para mais intelectuais, se alinhando com o conservadorismo de direita e tendo grande impacto no Reino Unido. Como podemos observar, o crescimento do Neoliberalismo está profundamente relacionado com investimentos realizados por grandes empresários em busca de expandir a ideologia e criar uma base teórica que apoiará o posterior movimento político pró-mercado.

Nos anos 60, Hayek voltou para a Europa, onde se aposentou e continuou até o fim de sua vida, em 1992. Entretanto, mesmo saindo dos EUA, sua influência continuou crescente no país, com sua vertente ideológica se tornando progressivamente mais conhecida devido ao trabalho dos *think tanks* já consolidados e atingindo seu ápice com a eleição de Ronald Reagan em 1981.

Um momento que merece destaque no final da trajetória de Hayek – e do Neoliberalismo - foi o seu Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, vulgarmente conhecido como Nobel de Economia, recebido em 1974. Esse evento, assim como a premiação de Friedman, em 1976, foi um dos principais responsáveis por consolidar a posição de destaque do Neoliberalismo. Cercada de controvérsias, a premiação foi vista por diversos intelectuais como uma ferramenta política utilizada pelos seus membros, dentre os quais havia participantes da *Mont Pelerin Society*, grupo fundado pelo próprio Hayek, como uma plataforma de validação e promoção de sua ideologia.

Como explicado, houve um grande movimento Neoliberal que se formou décadas antes de sua consolidação como ideologia dominante ao final dos anos 70 e início dos anos 80. Com toda a base teórica, social e ativista desenvolvida, era necessário buscar uma brecha conjuntural que permitisse a mudança definitiva da balança de poder entre defensores do intervencionismo e defensores do livre mercado, o que ocorreu com as crises inflacionárias não resolvidas pelos *policy makers* keynesianos. Assim que essa lacuna surgiu, o Neoliberalismo estava pronto

para se consolidar, e assim o fez. Essa preparação desenvolvida ao longo de décadas foi um diferencial do Neoliberalismo.

Apesar de ser evidente o papel de grandes empresários e detentores de capital na trajetória de Hayek e do Neoliberalismo, a relação existente entre esses agentes possui algumas nuances que merecem destaque. Apesar de ser uma ideologia parcialmente fabricada sob demanda de determinados interesses, o Neoliberalismo ainda possui um certo grau de espontaneidade que é essencial para entender sua origem e seu processo de consolidação. De forma subjacente e anterior ao interesse político dos patronos e financiadores, os principais pontos da ideologia já estavam formados quando se iniciou o processo de investimento em massa de divulgação Neoliberal: Mises, Hayek, Friedman e diversos outros intelectuais desenvolveram suas teorias e visões de mundo décadas antes de receberem qualquer destaque e financiamento significativo.

Ainda assim, há razões consideráveis para afirmar que boa parte do receituário econômico Neoliberal foi em grande parte influenciado pelos interesses de seus financiadores. Sistemas de taxaço regressivos, desregulamentação do mercado financeiro – o que resultou em crises consideráveis para o capitalismo, como em 2008 – e a promoção da concentração de renda são evidências disso, visto que os resultados observados são negativos para a maioria da população. É controverso e difícil chegar em uma conclusão sobre se esta última consequência era proposital ou não para os intelectuais neoliberais, entretanto, há elementos suficientes em suas obras para afirmar que o bem-estar da população pode ser visto como secundário em relação ao bem-estar do mercado. A relação de Friedman e Hayek com a ditadura Pinochet (HOOVER, 2003; HOBBSAWM, 1995) demonstra haver maior interesse em aplicar a ideologia Neoliberal do que garantir a democracia de um país.

Por fim, cabe ressaltar o papel das instituições internacionais na consolidação do modelo Neoliberal. O Consenso de Washington e o *modus operandi* do FMI e do Banco Mundial, submetidos aos interesses de capitalistas de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, funcionaram como uma ferramenta coercitiva de disseminação do receituário econômico Neoliberal, que serviria como um modo de promover mudanças mais significativas nesse sentido em países subdesenvolvidos (HARVEY, 2005). A frágil situação política e econômica de países da América Latina e do Oriente Médio foram uma brecha para a imposição de medidas econômicas que eram mais favoráveis para os credores externos do que para os países que buscavam crédito

junto a essas organizações. Através dessas medidas, os governos dos países subdesenvolvidos, independente de suas posições políticas, eram obrigados a seguir uma determinada linha ideológica imposta por agentes externos.

Com a trajetória concreta dos agentes do Neoliberalismo e suas relações explicadas, podemos tratar dos movimentos subjacentes à essa trajetória. Para tanto, seguindo Foucault (2008) e Laval (2020) pensaremos o Estado a partir de suas tecnologias de governo e como resultado delas.

Após 1945, o papel e a legitimidade do Estado não eram estáveis. A experiência do totalitarismo e da economia de guerra havia deixado fraturas na confiança existente no Estado e na sua capacidade de governar efetivamente. Para manter seu poder, o Estado é obrigado a se reformular através do ideal liberal da autolimitação, funcionando em conjunto com o mercado e com as instituições do direito para criar limitações externas e internas que permitam a sua continuidade e crescimento (LAVAL, 2020, p.49). Com essa finalidade, os ideais de mercado, vistos como naturais e/ou justos são adotados como métrica para a ação governamental através de limitações legais impostas sobre a liberdade de atuação econômica do Estado. Ao entender isso, torna-se possível compreender que o poder não emana do Estado, mas sim que há uma fetichização entre os diversos grupos políticos da sociedade em identificar o Estado como a fonte do poder. A incapacidade do Estado de manter sua posição sem a validação de outras instituições seriam uma evidência de sua ausência de poder, como demonstram as constantes manobras econômicas que devem ser feitas para agradar determinados setores do eleitorado nas democracias do fim do século XX e do século XXI. Sem essa crise do Estado e o entendimento do Mercado como um ambiente natural e justo, o desenvolvimento do Neoliberalismo não seria possível.

Esse processo gera a contradição mais característica do Neoliberalismo: a limitação da liberdade como forma de obter mais liberdade. Para limitar sua área de atuação, o Estado precisa criar mecanismos e instituições que garantam a limitação da sua atuação e o cumprimento das regras na ausência de sua atuação ativa, o que resulta em mais controle para o Estado através de menos controle. A mesma lógica será aplicada aos indivíduos, onde a liberdade individual só pode existir através do controle da liberdade individual de todos os indivíduos daquela sociedade. Entretanto, esse controle da liberdade não é feito através da intervenção direta do Estado, mas sim através de incitações que devem conduzir o indivíduo a tomar decisões que são

positivas para o benefício do sistema. A forma de fazer essas incitações é o que caracteriza e diferencia os diferentes governos que funcionam na mesma governamentalidade.

Apesar de se apresentar como um sistema que busca influenciar o indivíduo a partir de incitações sutis e indiretas, a coerção é parte essencial do processo de disciplinarização dos indivíduos que permite a perpetuação desse sistema. A repressão sistematizada de grupos com determinadas características dentro da sociedade Neoliberal, principalmente os grupos econômica e socialmente marginalizados, é fundamental para a forma de governo Neoliberal. Uma de suas principais ferramentas é o utilitarismo (FOUCAULT, 2008), através da qual a lógica de mercado se torna o novo ethos capaz de julgar a alocação de recursos e a utilidade das decisões tomadas dentro dessa sociedade, com enfoque no aspecto da competição, não no aspecto da troca. Nesse contexto, as ações dos indivíduos devem estar dentro de um conjunto de regras criadas pelo Estado, com o intuito de garantir a integridade do Mercado, para a realização das interações na vida social regida pela lógica de mercado. Entretanto, grupos economicamente marginalizados funcionam fora desse conjunto de regras, frequentemente formando economias e mercados paralelos ao mercado reconhecido e reforçado via Estado, fazendo com que recursos sejam desviados desse mercado legal. Para lidar com esse desvio, a repressão desses grupos é a solução encontrada pelo Estado e pelo Mercado, que organizam instituições punitivas com esse fim. O funcionamento de boa parte das polícias e do sistema penitenciário ocidental é voltado para punir os grupos que não se submetem à lógica de mercado e funcionar como um exemplo coercitivo para os grupos que se submetem a ela.

Nessa situação, um papel importante que o liberalismo exerce é o de mascarar que o processo produtivo é fruto de coerção, e não da liberdade dos indivíduos. Além disso, o bem-estar do indivíduo é utilizado como fachada para mascarar a lógica utilitarista em sua forma mais bruta: maximizar a riqueza é seu objetivo, incentivar os indivíduos direta ou indiretamente é um meio para esse fim. Para tanto, o indivíduo é visto como um agente econômico, um homem-empresa consumidor e produtor, cujo valor é definido pelo seu capital humano – ideia dos Novo Clássicos (SNOWDON, VANE, 2005) – e o salário se torna uma forma renda atribuída a um capital (FOUCAULT, 2008). Além disso, ao transformar o indivíduo em uma empresa, as decisões individuais e as relações intersociais se tornam submetidas à ótica de

mercado, onde o aumento do capital e a busca por maiores retornos sobre o investimento são os objetivos de todos os envolvidos. Nessa nova estrutura, as crises econômicas não são apenas econômicas, mas sim crises de governamentalidade. Ao adotar a racionalidade de mercado como central para a sociedade, os problemas que em outros momentos seriam considerados exclusivamente econômicos, se tornam problemas que afetam todo o *ethos* dessa sociedade.

Para garantir a consolidação desse sistema, além do já previamente apontado entendimento do Mercado como um ambiente natural e justo, é necessário criar instituições que funcionem reforçando os movimentos explicados. As escolas e instituições de ensino precisam funcionar como instituições coercitivas que agregam capital humano à cada um dos indivíduos e os trata de acordo com a quantidade de capital contida em cada um; as instituições de policiamento e encarceramento precisam estar em constante guerra com os grupos e indivíduos que escapam da lógica de mercado vigente na sociedade; os hospitais e instituições psiquiátricas tratarão os corpos dos indivíduos de acordo com o interesse disciplinar do Neoliberalismo; e as empresas e locais de trabalho serão voltados para disciplinar os envolvidos para a extrair a maior quantidade de trabalho possível.

1.2 A Fundação Macroeconômica Teórica do Neoliberalismo

Para entendermos o fenômeno Neoliberal e a atuação do FMI na América Latina, é necessário abordarmos as escolas de pensamento macroeconômico que serviram como influência e base teórica. A partir do período contemplado neste trabalho, consideramos que a escola Monetarista e a Novo Clássica (NC) são as mais influentes no Neoliberalismo, dado que estas escolas surgem nos EUA em seu momento de hegemonia no mundo Ocidental, influenciando o mainstream econômico teórico das décadas de 50 a 70 e, conseqüentemente, sendo basilares na formação de economistas que atuaram durante a consolidação e o auge do Neoliberalismo.

Cabe ressaltar que essas são as primeiras grandes escolas macroeconômicas que surgem nos EUA neste momento hegemônico. Sendo assim, este timing histórico permitiu que as ideias Monetaristas e NC estivessem em destaque no momento de consolidação do Neoliberalismo e da atuação do FMI na América Latina na década de 70.

Dessa forma, é essencial caracterizarmos apropriadamente essas escolas e suas contribuições para o pensamento econômico Neoliberal.

Monetaristas

A escola Monetarista tem base, principalmente, no pensamento de Milton Friedman e seus artigos publicados ao longo da década de 1950. Dentre suas contribuições, destacaremos: I) releitura da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) como teoria de demanda por moeda; II) Curva de Phillips com expectativas; III) o conceito de Taxa Natural de Desemprego; e IV) a Hipótese das Expectativas Adaptativas. Ao longo desta seção, expandiremos e caracterizamos brevemente estes conceitos com base no trabalho de Snowdon e Vane (2005).

Atualmente, é comum entender a TQM a partir da sua releitura por Milton. Nesta, entende-se a TQM como uma teoria de demanda por moeda, e não como teoria do nível geral de preços ou da renda como originalmente proposto. Nela, há duas premissas essenciais: alterações na base monetária são responsáveis por alterações no nível de preços da economia, isto é, a inflação como fenômeno monetário; e a moeda é neutra no longo prazo. Consequentemente, há a implicação de que, no longo prazo, a política monetária é neutra e a economia voltará ao seu estado de equilíbrio natural após qualquer choque de política monetária. No curto prazo, entretanto, seria possível causar choques na economia que causariam ilusão monetária nos agentes e, temporariamente, elevariam o nível de emprego e produto. Esses impactos se dariam pela forma que os agentes formam suas expectativas nos modelos macroeconômicos monetaristas, conforme veremos posteriormente.

Similarmente, é comum considerarmos a Curva de Phillips com expectativas como padrão após os monetaristas. Nela, temos a curva de Phillips em termos de taxas de mudança dos salários reais e com a expectativa da inflação. Assim, temos que não haveria uma única curva de Phillips, mas sim diversas curvas, cada uma associada a uma expectativa diferente de taxa de inflação. Além disso, ao considerarmos a ideia de neutralidade da moeda e da política monetária no longo prazo, temos que, no longo prazo, a curva de Phillips seja vertical e, consequentemente, quaisquer alterações de política monetária apenas afetariam a curva de Phillips no curto prazo.

Ademais, é proposta a ideia de que há uma determinada taxa de desemprego, chamada de Natural, para a qual a economia tenderia, se estabilizaria e não aceleraria a inflação. Tentativas de manter a economia abaixo da taxa natural através da política

monetária resultariam em aceleração da inflação, conforme observado na curva de Phillips padrão.

Por fim, há a hipótese das expectativas adaptativas. Esta sugere que os agentes econômicos formam suas expectativas de inflação com base nas taxas de inflação anteriores, realizando ajustes expectativas por uma fração do último erro cometido. Este é o aspecto fundamental que impediria a política monetária de ser neutra no curto prazo, visto que os agentes poderiam ser surpreendidos pela autoridade monetária e se baseariam exclusivamente nas suas experiências anteriores com a inflação, isto é, um modelo *backward-looking*.

As premissas e contribuições teóricas geram implicações importantes para as políticas econômicas, principalmente para a política monetária. Para esta última, a taxa de crescimento da base monetária deve ser constante e no nível que possibilite absorver aumentos produtivos e manter a estabilidade de preços, isto é, uma inflação não aceleracionista. Assim, a economia seria capaz de tender para sua taxa natural de desemprego sem desestabilizações provenientes da autoridade monetária e possibilitaria melhor formação das expectativas dos agentes, visto que como estes aprendem com seus erros de formação de expectativas, uma política constante diminuiria esses erros e possibilitaria melhor adaptação.

Conforme mencionado anteriormente, neste modelo, qualquer tentativa de manter o desemprego abaixo de seu nível natural resulta em inflação crescente e, conseqüentemente, requer que as autoridades aumentem continuamente a taxa de expansão monetária. Ao manter o emprego abaixo de seu nível natural via expansão monetária, o excesso constante na demanda do mercado de trabalho leva a um aumento constante de preços, que leva a um aumento constante de salários, e assim ciclicamente, resultando em hiperinflação.

Sendo assim, a melhor forma de diminuir o desemprego de uma economia seria através da redução da taxa natural de desemprego. Para tanto, seriam necessárias medidas de incentivo ao trabalho, como, por exemplo: redução das taxas de impostos salários; redução de benefícios sociais e seguro-desemprego, assim desincentivando o desemprego; maior flexibilidade de salários e práticas trabalhistas, tornando mais fácil a contratação e demissão de trabalhos; diminuição do poder de sindicatos; maior mobilidade geográfica do trabalho, possibilitando a transferência de mão de obra para locais onde esta seja menos abundante; e maior eficiência de mercado através da privatização de empresas e setores públicos.

Para os monetaristas, as autoridades monetárias devem buscar a estabilidade de preços. Para tanto, a política fiscal deve ser discricionária, evitando choques, visto que estes causariam instabilidades econômicas e seriam ineficientes para a realização de política anticíclica devido ao *lag* existente entre um determinado status da economia e a formulação e implementação de uma política fiscal que visa lidar com esse mesmo status. Por fim, o governo também não deveria mirar em uma taxa específica de desemprego, visto que não seria possível determinar com exatidão qual esta seria de forma não-aceleracionista, mas sim garantir estabilidade de preços que permita a convergência para a taxa natural.

Snowdon e Vane (2005) nos dão o seguinte resumo para a escola monetarista:

- I) Mudanças no estoque de moeda são predominantes, mas não o único, fator explicando mudanças na renda monetária
- II) A economia é inerentemente estável, a menos que perturbada por crescimento monetário errático e, quando sujeita à perturbações, voltará rapidamente à “vizinhança” do equilíbrio de longo prazo na taxa natural de desemprego
- III) Não há trade-off entre inflação e desemprego no longo prazo; isto é, no longo prazo a curva de Phillips será vertical na taxa natural de desemprego
- IV) Inflação e balanço de pagamentos são fenômenos essencialmente monetários
- V) Na conduta da política econômica as autoridades devem seguir regras para os agregados monetários visando garantir estabilidade de preços no longo prazo, com a política fiscal tendo o papel tradicional de influenciar a distribuição de renda e riqueza, e a alocação de recursos” (Snowdon; Vane, 2005, p.193).

Novos Clássicos

A escola Novo Clássica sucede o Monetarismo no *mainstream* econômico teórico. Ela se desenvolve a partir das contribuições de Robert Lucas, principalmente nas décadas de 70 e 80. Snowdon e Vane (2005) enxergam uma conexão entre os Novos Clássicos, os austríacos e os monetaristas.

Nesta escola, temos quatro premissas principais para entender sua abordagem:

- I) Forte ênfase em fundamentar a teoria macroeconômica com microfundações neoclássicas teóricas em um framework de equilíbrio geral Walrasiano;
- II) Adoção de premissa neoclássica chave de que todos os agentes econômicos são racionais; isto é, agentes são otimizadores contínuos e sujeitos às suas limitações, firmas maximizam lucros e trabalhadores e famílias maximizam utilidade;
- III) Agentes não soem de ilusão monetária e, portanto, apenas magnitudes reais (de preços relativos) importam para otimizar decisões;

IV) Completa e contínua flexibilidade de preços e salários garantem o *market clearing* contínuo já que os agentes exaurem todos ganhos mutualmente benéficos da troca, sem deixar nenhuma oportunidade de lucro inexplorada” (Snowdon; Vane, 2005, p.223)

Consequentemente, com essas premissas, a primeira conclusão que podemos deduzir é de que mudanças na base monetária serão neutras e haverá independência entre as magnitudes nominais e as reais da economia.

Há três elementos essenciais para entendermos o pensamento Novo Clássico: hipótese das expectativas racionais; *market clearings* contínuos; hipótese da oferta agregada de Lucas.

Existem duas versões da hipótese das expectativas racionais, a versão “fraca” e a “forte”. A primeira assume que os agentes utilizarão as informações disponíveis da forma mais eficiente possível, isto é, maximizando a utilidade de todas as informações publicamente disponíveis dos fatores que eles julgarem afetar a variável observada. A segunda versão propõe que as expectativas subjetivas dos agentes econômicos necessariamente irão coincidir com a verdadeira, isto é, matematicamente objetiva, expectativa condicional das variáveis. Para este trabalho, a versão “fraca” é a que tomaremos como base.

É importante ressaltar que expectativas racionais não são sinônimo de infalibilidade dos agentes econômicos. Estes não são capazes de prever perfeitamente o futuro pois precisam decidir qual o modelo macroeconômico “correto” para interpretar a economia. Esse é um ponto essencial para os críticos da hipótese das expectativas racionais, visto que não existe um consenso sobre qual o modelo correto para explicar uma determinada economia em um determinado momento. Além disso, é considerado que os agentes cometerão erros, pois a informação disponível é incompleta. A defesa Novo Clássica é de que, em média, os agentes econômicos como um todo, acertarão. Por fim, os agentes não formarão expectativas sistematicamente erradas ou enviesadas ao longo do tempo, sempre corrigindo-as caso errem.

Além da crítica citada no parágrafo anterior, há outras críticas significantes à hipótese das expectativas racionais. A primeira delas é de que há grandes custos em tempo, esforço e dinheiro para adquirir e processar toda informação disponível, tornando inviável a existência de agentes que utilizem a informação de forma eficiente. A segunda, de natureza keynesiana, é proveniente da ideia de incerteza na economia.

A incerteza implica em cenários impossíveis para distribuições de probabilidade e, portanto, formulação de expectativas eficientes. Lucas ignora esse problema pois discorda da noção keynesiana de que os cenários e eventos não são cíclicos ou repetitivos, mas sim entende que os eventos são ciclos ou instâncias repetidas de eventos similares, o que viabilizaria a distribuição de probabilidades.

Outro elemento essencial são os Market Clearing contínuos, de tradição Walrasiana. Nessa visão, todos os resultados são parte de decisões otimizadas de oferta e demanda dos agentes em relação aos preços. Conseqüentemente, a economia estaria sempre em equilíbrio, tanto no curto quanto no longo prazo, algo profundamente diferente do entendimento keynesiano da economia. Para os Novos Clássicos, modelos de equilíbrio necessariamente são modelos onde os agentes de uma economia de mercado otimizaram seus objetivos enquanto submetidos às suas limitações econômicas. Nestes modelos, se pressupõe que os agentes, tanto firmas quanto trabalhadores, são *price takers*, isso é, incapazes de influenciar os preços de mercado. Também haveria competição perfeita, ou seja, maximização constante dos lucros, e perfeita flexibilidade de salários e preços.

Por fim, temos a hipótese da oferta agregada, em que decisões racionais tomadas por trabalhadores e firmas refletem comportamento otimizador; e que a oferta de trabalho/produção de trabalhadores/firmas depende de preços relativos. Entende-se que a oferta de trabalho é dependente da percepção de mudanças temporárias no salário real, possibilitando a “substituição intertemporal” de trabalho, isto é, trabalhar mais/menos hoje para poder trabalhar menos/mais no futuro, a depender do salário real atual.

“A hipótese de que a oferta agregada depende dos preços relativos é central para a explicação Novo Clássica de flutuações em produto e emprego. Na análise Novo Clássica, choques de demanda agregada não antecipados (resultantes principalmente de mudanças não antecipadas na oferta de moeda) que afetam a economia inteira causam erros nas (racionalmente formadas) expectativas de preço e resultam no produto e emprego desviando de seu nível de equilíbrio (completamente informado e natural) de longo prazo. Esses erros são feitos tanto por trabalhadores quanto firmas que possuem informação incompleta/imperfeita, o que os faz confundir mudanças gerais do nível de preços com mudanças relativas de preço e reagem mudando a oferta de trabalho e produto, respectivamente” (Snowdon; Vane, 2005, p. 238).

Na teoria microeconômica neoclássica, a curva de oferta de um produtor individual em um mercado competitivo é positiva, indicando que um aumento de preço de uma determinada mercadoria resulta em maior produção desta mesma mercadoria. Entretanto, para Lucas, essa resposta deve ser considerada em relação com os preços relativos. Caso haja aumento geral de preços na economia, inflação, mas não mudança nos preços relativos, não haveria motivo para aumento de produção. Ainda assim, os dados apontam que há aumento na produção, mesmo sem aumento dos preços relativos.

Cabe ressaltar que o modelo de Lucas é “monetarista”, isto é, um aumento no nível geral de preços é causado por um aumento prévio na oferta de moeda e, portanto, observaríamos uma correlação positiva da moeda-para-produto, ou seja, não neutralidade da moeda.

Principais implicações de política econômica da abordagem Novo Clássica:

I) Proposta da inefetividade das políticas: Supondo que as autoridades econômicas anunciassem a intenção de aumentar a oferta de moeda, agentes racionais utilizariam essa informação nas suas expectativas e antecipariam completamente os efeitos do aumento da oferta de moeda no nível geral de preços, o que manteria o produto e o nível de emprego em seus níveis naturais e inalterados.

Por outro lado, caso não fosse anunciado um aumento na base monetária, o nível de emprego e do produto iriam subir, porém apenas temporariamente. Os agentes perceberiam que não houve mudanças nos preços relativos e, conseqüentemente, voltariam ao nível de equilíbrio geral no longo prazo.

“Há implicações sérias nisso. Se a oferta de moeda é determinada pelas autoridades de acordo com alguma regra já pré-determinada, as autoridades serão incapazes de influenciar o produto e o emprego mesmo no curto prazo ao perseguirem uma política monetária sistemática que pode ser antecipada pelos agentes” (Snowdon; Vane, 2005, p. 244)

II) Custos da deflação: Como a moeda é neutra tanto no curto quanto no longo prazo nos modelos Novos Clássicos, “uma contração monetária anunciada faria com que os agentes revisassem para baixo suas expectativas de inflação. As autoridades monetárias podem, em princípio, reduzir a taxa de inflação sem os custos associados de produto e emprego previstos pela análise Keynesiana e Monetarista; isto é, a taxa de sacrifício é zero!” .

Neste contexto, é importante que os agentes econômicos tenham confiança e acreditem nas ações anunciadas pelas autoridades monetárias. Caso não haja credibilidade, as expectativas inflacionárias não cairão o suficiente para evitar a perda de produto ou emprego.

Por outro lado, cabe ressaltar que com Thatcher e Reagan houve recessão nos EUA devido à política monetária altamente restritiva.

III) Independência do Banco Central: é importante ressaltar a diferença entre independência de metas e de instrumentos. Independente disto, a teoria Novo Clássica e a ideia de confiança na autoridade monetária foi essencial para fomentar o debate de independência dos BCs. Em tese, um Banco Central independente é uma instituição capaz de maior confiabilidade e constância com o objetivo de estabilidade monetária.

IV) Políticas para aumentar a oferta agregada: neste tópico, são recomendadas políticas para diminuir as consideradas distorções no mercado de trabalho. Neste sentido, as recomendações são idênticas às recomendações feitas pelos Monetaristas para abaixar a taxa natural de desemprego.

1.3 A Acumulação Capitalista no Neoliberalismo

Neste subcapítulo, buscaremos entender as especificidades da acumulação capitalista sob a égide do Neoliberalismo, bem como a relação da América Latina e o Neoliberalismo. Primeiramente, precisaremos entender o conceito de restauração do poder de classe, proposto por Harvey (2005) como o sentido do Neoliberalismo. Posteriormente, utilizaremos a visão de Furtado (1999a; 1999b) para desenvolver como a América Latina foi inserida no fenômeno Neoliberal global.

Harvey (2005) inicia seu trabalho apresentando a seguinte definição do Neoliberalismo:

“Neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor avançado ao libertar as liberdades e habilidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a tais práticas. O Estado deve garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade da Moeda. Também deve estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, policiais e legais necessárias para a garantia dos direitos de propriedade privada e assegurar, pelo uso da força, se necessário, o funcionamento adequado dos mercados. Além disso, se os mercados não existem (em setores como terra, água,

educação, saúde, seguridade social ou poluição ambiental), eles devem ser criados, se necessário, por ação estatal. Porém, o Estado não deve intervir além destas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas ao mínimo, porque, segundo a teoria, o Estado não é capaz de possuir informações suficientes para prever os sinais do mercado (preços) e porque grupos de interesse poderosos inevitavelmente distorcerão e tendenciarão as intervenções estatais (particularmente em democracias) em benefício próprio” (Harvey, 2005, p.11).

Ao longo do texto, Harvey (2005) elabora e acrescenta características fundamentais para entender a sua concepção de Neoliberalismo. O Neoliberalismo seria, sobretudo, um projeto político que tem dois principais objetivos: I) reestabelecer as condições para o processo de acumulação de capital, que eram inadequadas ao fim da década de 1960 e na década de 1970; e II) restauração do poder de classe, erodido ao longo do período dos Estados de Bem-Estar Social.

Sobre o aspecto I, Harvey (2005) entende a crise que se inicia ao final da década de 60 e que perdura ao longo da década de 70 - período caracterizado pela estagflação - como um período de crise no processo de acumulação de capital. Neste momento, há uma guinada à esquerda, com representantes eleitos que tendem à políticas keynesianas, como foi o caso de Portugal, Inglaterra, França, Espanha, Escandinávia e os EUA de Nixon. Entretanto, para Harvey, essa guinada keynesiana não enfrentou de forma mais contundente o problema da desaceleração das economias desenvolvidas - isto é, o problema que se apresentava no ciclo de acumulação de capital – bem como o conflito redistributivo que se apresentava nessas mesmas economias, o conflito de classes.

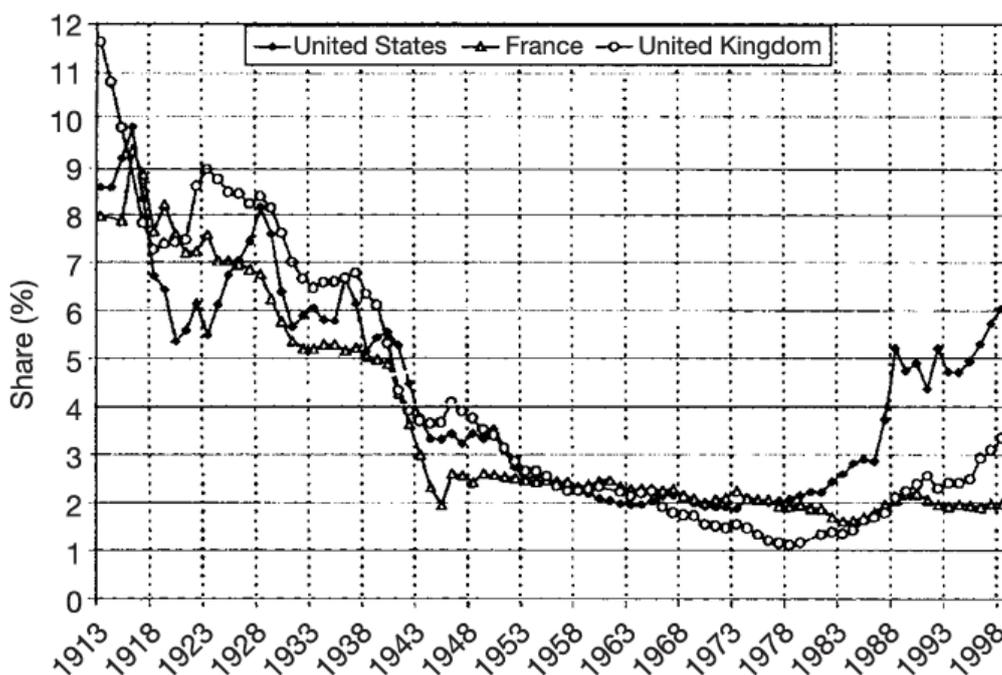
Este momento de sistemática alta nas taxas de inflação e desemprego resultou em notório descontentamento popular. A partir deste descontentamento temos o crescimento e a consolidação de diversos grupos e movimentos populares, bem como de partidos comunistas e socialistas na Europa, nos EUA e na América Latina (HOBSEBAWM, 1995). Dentre esses movimentos, podemos destacar os diversos grupos feministas, LBTQIAP+, movimentos antirracistas - como os Panteras Negras - e guerrilhas como a Ação Libertadora Nacional e as FARC.

Naturalmente, esse cenário representava uma ameaça política à elite dominante tanto no mundo desenvolvido quanto na periferia. Porém, além da ameaça política, a ameaça econômica se mostrava cada vez mais consolidada. Harvey argumenta que no pós-2ª Guerra, o poder econômico das classes dominantes foi

severamente limitado em prol de maior renda para a classe trabalhadora. O período de grande crescimento econômico dos Anos Dourados evitou o agravamento do conflito distributivo por algumas décadas, porém essa questão se acentua quando as taxas de crescimento começam a desacelerar sistematicamente.

O seguinte gráfico ilustra a participação na renda nacional dos 0,1% maiores detentores de renda nos EUA, Reino Unido e França, de 1913 a 1998. Nele, podemos observar que tanto no caso dos EUA, quanto da Inglaterra, o período que compreende o final da década de 1970 e início da de 1980 representa uma expressiva retomada da participação do 0,1% na renda nacional. Este é o período que caracteriza o início da guinada Neoliberal de Reagan e Thatcher, também caracterizada por Harvey (2005) como restauração do poder de classe, isto é, poder da classe dominante.

Gráfico 1 - The restoration of class power: share in national income of the top 0,1% of the population, US, Britain, and France, 1913-1998



Fonte: Harvey, 2005, p.17.

Além dos dados de participação da renda, também é relevante considerarmos a participação da classe dominante do país na riqueza. O próximo gráfico ilustra a participação de bens do 1% mais rico da população dos EUA, no período de 1922 a 1998.

Gráfico 2 - The wealth crash of the 1970s: share of assets held by the top 1% of the US population, 1922-1998



Fonte: Harvey, 2005, p.16

Aqui, podemos observar um crash que se inicia ao final da década de 1960. Harvey entende que esse é o estopim para o início de uma movimentação da classe dominante visando proteger e retomar sua riqueza, resultando na política Neoliberal que caracteriza a década de 80.

A partir do entendimento que o Neoliberalismo busca reestabelecer o processo de acumulação de capital e a restauração do poder de classe.

Ao tratar da ideia de acumulação por despossessão, Harvey (2005) retoma o conceito de acumulação primitiva de capital. O objetivo do Neoliberalismo não é a criação de novas riquezas, mas sim a redistribuição da riqueza existente visando beneficiar as elites econômicas do sistema, tal qual ocorreu no processo de acumulação primitiva. No processo de acumulação por despossessão, há 4 fatores principais: privatização e commodificação, criando novas áreas para o acúmulo de capital; financeirização, utilizando a desregulamentação para possibilitar fluxos mais livres de capital; gerenciamento e manipulação de crises, utilizando as crises sistêmicas e recorrentes do capitalismo como ferramentas de expropriação de riqueza em prol da restauração do poder de classe; e redistribuição do Estado, erodindo os avanços de bem-estar social que beneficiavam a classe trabalhadora.

Como havíamos discutido no capítulo 1.1, há contradições entre o ideal Neoliberal e a prática deste. Havíamos destacado a importância, tanto para Friedman quanto para Hayek, da noção de liberdade praticamente irrestrita dos indivíduos em relação ao Estado. Entretanto, todos os processos citados no parágrafo anterior são feitos utilizando o poder coercitivo do Estado. Quando há um conflito entre os princípios neoliberais e a necessidade de restaurar ou manter o poder da elite, os princípios serão abandonados ou se tornarão tão distorcidos a ponto de serem irreconhecíveis. Assim, o poder coercitivo do Estado frequentemente será utilizado para proteger a propriedade privada e a liberdade de empreendimento em detrimento da liberdade individual.

Cabe também ressaltar o que Harvey (2005) considera a diferença essencial entre os modelos Liberal e Neoliberal. No primeiro, os credores seriam os responsáveis pelas perdas decorrentes de decisões ruins de investimento, decorrente das condições de competição mais abertas. Já no modelo Neoliberal, os devedores são responsáveis por essas perdas e devem cumprir os pagamentos necessários independente do custo interno à sua estrutura econômica e bem-estar social de seus cidadãos. Como veremos posteriormente neste capítulo, isso é o que acontece com os países subdesenvolvidos nas décadas de 80 e 90 após os acordos com o FMI. Após essa compreensão acerca da dimensão conceitual do Neoliberalismo para Harvey, podemos iniciar a discussão da dimensão prática do fenômeno.

Em termos práticos, temos dois experimentos Neoliberais iniciais na década de 1970: o caso do Chile, a partir de 1973 com Pinochet e os Chicago Boys; e o menos conhecido, porém ainda relevante, caso da cidade de Nova York, em 1975.

Cronologicamente, o primeiro foi o Chile. A eleição de Allende em 1970, de teor progressista e socialista, não foi bem recebida pelos setores mais conservadores da sociedade chilena - especialmente pelos conservadores cristãos, liberais e militares, todos próximos da elite econômica dominante do país - resultando no golpe de 1973, que contou com o apoio dos EUA. Ao assumir o poder, Pinochet, apoiado pelos estadunidenses, realiza uma guinada liberal na economia, apoiado pelos Chicago Boys, grupo de economistas formados na Universidade de Chicago e precursores do Neoliberalismo. Dentre as decisões de políticas econômicas tomadas neste contexto, podemos citar: o desmantelamento de todas as formas de organização populares; a liberação do mercado do trabalho de amarras regulatórias ou institucionais (como sindicatos, por exemplo); a reversão de estatizações realizadas no governo anterior;

a privatização de bens públicos, com exceção da exploração do Cobre, utilizada para financiar o Estado chileno; a exploração desregulamentada de recursos naturais; a privatização da seguridade social; a facilitação do investimento estrangeiro direto através da desregulamentação e incentivos fiscais; e a liberalização do comércio. As consequências desse momento da economia serão avaliadas no capítulo 2.2.

O caso de Nova York, por sua vez, é decorrente da desindustrialização dos EUA que se inicia na década de 1960. A transferência de indústrias para fora do território estadunidense gera problemas para a arrecadação municipal de impostos que são, inicialmente, compensados com um auxílio do governo federal do país. Entretanto, no início da década de 70 esse auxílio é retirado, culminando na crise fiscal da cidade de Nova York em 1975. Neste ano, um conjunto de bancos, liderados pelo Citibank, recusa continuar a rolagem da dívida da cidade, fazendo-a entrar em falência. O *bail-out* subsequente é feito mediante a priorização do pagamento dos detentores dos títulos de empréstimos à cidade de Nova York, com o restante da renda da cidade sendo posteriormente destinada aos serviços essenciais. A cidade é obrigada a assumir uma postura fiscalista, com ataques visando desmobilizar os diversos grupos e sindicatos de trabalhadores da cidade, desmantelando as estruturas de bem-estar social e realizando privatizações. Nesse contexto, se consolida internamente nos EUA a ideia de que as instituições financeiras e os títulos dos credores devem prevalecer sobre o bem-estar da população, sendo estes os primeiros passos em direção ao, já citado anteriormente, gerenciamento de crises, no qual crises econômicas são utilizadas como oportunidades de realizar a redistribuição da riqueza e da renda da população geral em direção à elite econômica.

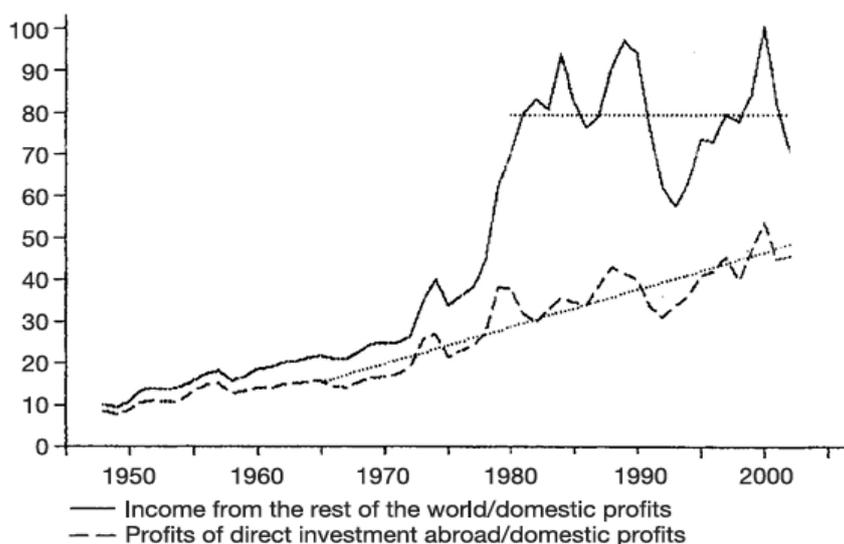
Harvey aponta a importância do aumento do preço do petróleo na década de 70 como um momento chave para a consolidação do Neoliberalismo. Neste momento, havia grande disponibilidade de petrodólares nos países produtores de petróleo. Os EUA incentivaram a utilização desses petrodólares como investimento em países subdesenvolvidos para reciclá-los e, para viabilizar esse uso, recorreu a estratégias imperialistas de desestabilização e suplantação de governos para criar as condições de maior receptividade ao capital externo nesses países, como foi o caso do Chile e da Argentina.

Naturalmente, esse processo resultou na maior vulnerabilidade dos países devedores a flutuações do dólar. O primeiro grande choque desse sistema foi com a crise do México, em 82. Nesse momento, o governo Reagan coordenou o Tesouro

Nacional dos EUA e o FMI para realizar empréstimos que permitissem a rolagem da dívida mexicana em troca da realização de reformas liberalizantes na estrutura econômica do México (Harvey, 2005; Boughton, 2001). Esse foi o modus operandi do FMI ao longo da década de 80 e 90, conforme veremos no capítulo 2.1.

O seguinte gráfico ilustra os fluxos de tributos para os EUA, comparando os lucros domésticos com os lucros e renda do capital oriunda do resto do mundo. Nele, podemos observar uma subida vertiginosa deste último a partir da segunda metade da década de 1970, coincidindo com o momento em que reformas neoliberais passam a ser realizadas em países subdesenvolvidos pelo mundo.

Gráfico 3 - The flow of tribute into the US: profits and capital income from the rest of the world in relation to domestic profits



Fonte: Harvey, 2005, p. 30.

Um ponto importante para entender o processo de Neoliberalização e a restauração do poder de classe, é que a composição dessas classes não necessariamente será a mesma antes e depois do processo. Harvey dá o exemplo da Inglaterra do governo Thatcher, onde um dos segmentos afetados pelo governo foi a aristocracia que existia dentro da estrutura estatal. Estes perderam poder em comparação com os novos-ricos e a elite do sistema financeiro, que foram beneficiados com o direcionamento das políticas econômicas do governo. Também cabe citar como exemplos os segmentos militares da América Latina, que frequentemente conquistavam mais poder e benefício do que no período anterior; os

grupos relacionados ao setor primário-exportador, visto que o Neoliberalismo apresenta uma tendência à desindustrialização das economias subdesenvolvidas; e as elites financeiras e midiáticas. Já no caso dos EUA, grupos cristãos conservadores e evangélicos foram beneficiados pelo governo Reagan, bem como o setor financeiro como um todo.

Entendendo essa dinâmica da restauração de poder de classe, podemos entender que esse processo tem uma contraparte: a destruição do poder de classe. Para que a classe dominante tenha seu poder restaurado, é necessário que o poder da classe trabalhadora seja destruído ou, no mínimo, inutilizado pelo Estado. Nesse sentido, o cenário das ditaduras da América Latina foi essencial para preparar o terreno do que viria a ser a Neoliberalização da região. As ditaduras são capazes de utilizar abertamente a força e a coerção para desmobilizar trabalhadores - como ocorreu no Brasil, na Argentina, no Chile e até mesmo na Inglaterra - para que uma reforma Neoliberal seja feita com menor oposição.

Adicionalmente, Harvey aponta que o sistema de propriedade intelectual é fundamental para o processo de Neoliberalização. Este tópico é particularmente importante quando tratamos de países subdesenvolvidos, apesar de também ser relevante para a questão da restauração do poder de classe como um todo:

“The establishment of intellectual property rights (patents), furthermore, encourages ‘rent seeking’. Those who hold the patent rights use their monopoly power to set monopoly prices and to prevent technology transfers except at a very high cost. Asymmetric power relations tend, therefore, to increase rather than diminish over time unless the state steps in to counteract them. The neoliberal presumption of perfect information and a level playing field for competition appears as either innocently utopian or a deliberate obfuscation of processes that will lead to the concentration of wealth and, therefore, the restoration of class power.” (Harvey, 2005, p.68).

Esse processo não acontece apenas entre agentes privados competidores, mas também entre Estados. O desenho dos acordos do FMI feitos com os países da América Latina, que requerem a consolidação de um sistema de patentes acoplado ao modelo global, torna esses países incapazes de fazer o *catching-up* tecnológico em relação aos países desenvolvidos.

Apesar da liberdade ser utilizada como um Norte moral para o qual a sociedade supostamente caminha, essa liberdade é altamente direcionada e restritiva quando se trata de formas de organização coletiva. O Estado Neoliberal utilizará seus

mecanismos de coerção para evitar a formação de novos sindicatos ou organizações coletivas que queiram causar uma mudança no framework legal ou institucional do Estado. Nesse sentido, há um grande potencial antidemocrático no Neoliberalismo que é utilizado e aproveitado rotineiramente por determinados setores da sociedade. Com isso, a moldura legal formada pelo Estado, bem como as instituições interventoras existentes na sociedade, tanto nacional quanto internacionalmente, não possuirão caráter democrático e popular, como é o caso do FMI, do Banco Mundial, ou das cortes de justiça nacionais.

Nos países subdesenvolvidos, um dos requerimentos para acessar o crédito via FMI foi a abertura de mercados financeiros para os fluxos globais. Efetivamente, isso cria um cenário que viabiliza a criação e manutenção de fluxos contínuos de capital dos países subdesenvolvidos em direção aos países desenvolvidos. Ao permitir que um agente privado de um país subdesenvolvido acesse o crédito de um agente de um país desenvolvido, cria-se a necessidade do governo do país subdesenvolvido adquirir títulos do tesouro dos EUA para garantir a existência de reservas suficientes e viabilizar a operação. O diferencial de juros do empréstimo tomado pelo agente privado do país subdesenvolvido em relação aos juros do título do tesouro dos EUA, por exemplo, adquirido pelo país subdesenvolvido resulta em um fluxo líquido positivo em direção ao país desenvolvido.

Entretanto, isso não significa que o Neoliberalismo seja simplesmente imposto de fora para dentro. Em todos os casos, as condições econômicas internas de cada país, bem como a situação de seus conflitos de classe, são essenciais para viabilizar a proposição e implantação do projeto Neoliberal.

Também cabe ressaltar que um ponto de contato entre Harvey (2005) e Furtado (1999a), como veremos posteriormente, é a importância da transnacionalização das classes sociais. Isso não significa, contanto, o apagamento das elites nacionais, mas sim a coexistência de ambos. Há setores da classe dominante de determinados países, principalmente dos desenvolvidos, capazes de atuar internacionalmente, enquanto outros são capazes apenas de manter uma atuação regional. Sendo assim, não seria incomum haver conflito entre esses diferentes grupos da classe dominante, principalmente em meio ao processo de Neoliberalização. Todavia, é importante destacar que a existência de conflitos não muda o sentido de restauração do poder de classe do Neoliberalismo.

Como comentado anteriormente no capítulo 1.1, apesar de seu sentido prático beneficiar elites econômicas, o Neoliberalismo utiliza o discurso de avançar a liberdade individual para criar um apelo de massa e disfarçar seu viés de restauração do poder de classe. Nesse sentido, o Mercado é utilizado de maneira ideológica, dito para promover a competição e a inovação, e de forma prática, para promover a criação e consolidação de monopólios privados, de forma contraditório.

Ainda tratando da ideologia do Neoliberalismo, cabe ressaltar que há uma relação importante entre este e a questão da cultura na sociedade, sumarizada por Harvey no seguinte parágrafo:

“Nos anos 1970, aqueles que buscavam liberdades individuais e justiça social podiam unir forças diante do que muitos viam como um inimigo comum. Corporações poderosas, aliadas a um Estado intervencionista, eram vistas como responsáveis por administrar o mundo de maneiras individualmente opressivas e socialmente injustas. A Guerra do Vietnã foi o catalisador mais evidente para o descontentamento, mas as atividades destrutivas das corporações e do Estado em relação ao meio ambiente, o impulso em direção ao consumismo desenfreado, a falha em abordar questões sociais e responder adequadamente à diversidade, bem como as intensas restrições às possibilidades individuais e comportamentos pessoais impostas pelo Estado e por controles “tradicionais” também eram amplamente ressentidas. Os direitos civis eram uma questão importante, e as questões de sexualidade e direitos reprodutivos estavam muito em pauta. Para quase todos os envolvidos no movimento de 68, o Estado intrusivo era o inimigo e precisava ser reformado. E nisso, os Neoliberais podiam facilmente concordar. No entanto, as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado também eram vistos como inimigos primários que requeriam reparação, senão transformação revolucionária: daí a ameaça ao poder da classe capitalista. Ao capturar ideais de liberdade individual e usá-los contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, os interesses da classe capitalista podiam esperar proteger e até restaurar sua posição. O Neoliberalismo estava bem adaptado a essa tarefa ideológica. Mas precisava ser apoiado por uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não apenas em relação a produtos específicos, mas também em relação a estilos de vida, modos de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A Neoliberalização exigia, tanto política quanto economicamente, a construção de uma cultura populista baseada no mercado de consumismo diferenciado e libertarianismo individual. Assim, provou ser mais do que um pouco compatível com aquele impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que há muito tempo estava à espreita, mas agora poderia emergir de forma plena como uma dominante cultural e intelectual. Este foi o desafio que corporações e elites de classe se propuseram a refinar na década de 1980.” (Harvey, 2005, p. 42).

Assim, o Neoliberalismo se mostrou capaz de cooptar diversos grupos que, até então, se mostravam contra a concentração de poderes nas elites econômicas, desde

feministas até o movimento anti-racista. Com isso, se cria uma hegemonia cultural capaz de garantir o “consentimento” ao projeto Neoliberal.

Furtado (1999a), por sua vez, não trata do Neoliberalismo nos mesmos termos que Harvey, apesar de haver muitas convergências entre os dois. Primeiramente, é importante apontar que Furtado não utiliza o termo Neoliberalismo, mas sim Globalização. Para ele, a Globalização proposta pelos países centrais do capitalismo tem como consequência o fim de um projeto nacional de desenvolvimento para os países de Terceiro Mundo, principalmente devido ao acoplamento que seria realizado na economia destes países em relação aos países centrais, principalmente os EUA. A mimetização de padrões de consumo, a visão monetarista da inflação e a desregulamentação dos investimentos e fluxos de capitais seriam responsáveis por inviabilizar o desenvolvimentismo e a autonomia dos países da periferia, resultando na concentração da renda e exclusão social. Mesmo com esses efeitos negativos, Furtado aponta que a Globalização é vista como um imperativo tecnológico, algo impossível de ser evitado por qualquer país, e discorda dessa noção.

De acordo com Furtado (1999b), o fim do século XX pode ser caracterizado como uma era pós-Keynesiana, visto que o período é marcado pela internacionalização das estruturas de poder, atrofia das estruturas nacionais, suplantação da ideologia do bem-estar coletivo pela racionalidade mercantil e abandono do planejamento centralizado. Tal cenário seria resultante dos limites da social-democracia, impostos pelo pós 2ª Guerra Mundial, momento em que a competitividade capitalista social-democrata se exacerba, gerando a “hipertrofia da inovação de produtos” e, conseqüentemente, o consumismo. Neste contexto de maior competitividade, o poder do capital e a concentração da renda aumentam, estabelecendo um período de afastamento do molde de Bem-Estar Social proposto pela teoria keynesiana: “O ideal keynesiano do pleno emprego foi abandonado, o que acarretou a degradação do tecido social com aumento da criminalidade e enfraquecimento da coesão comunitária.” (Furtado, 1999b, p.14).

Para Furtado, a Globalização é um processo que se inicia devido às condições históricas específicas daquele momento. Esse processo seria resultado da desindustrialização dos países desenvolvidos, principalmente dos EUA. Com a desindustrialização, haveria uma subutilização do capital, permitindo que empréstimos fossem feitos para outros países a juros relativamente baixos, iniciando, assim, o processo de Globalização. Com isto, é possível estabelecer uma conexão

entre esta ideia de dispersão de recursos com a concepção proposta por Harvey a respeito do Neoliberalismo não possuir a geração de riqueza como foco, mas sim a redistribuição dessa riqueza, visto que, caso o foco fosse a produção, não existiria subutilização do capital. Como já mencionamos anteriormente, isso torna os países subdesenvolvidos mais vulneráveis à flutuação do dólar e da taxa de juros dos EUA.

Como parte do movimento de globalização e, conseqüentemente, da transferência de capital para outros países, o autor aponta a existência de uma racionalização produtiva das empresas transnacionais, as quais teriam três objetivos estratégicos:

- a) busca de eficiência, o que significa dar ênfase à tecnologia intensiva de capital, com vistas a competir nos mercados mais sofisticados;
- b) busca de matérias-primas visando abrir ao exterior o setor produtivo de minerais e combustíveis;
- c) abertura dos mercados financeiros, das telecomunicações, da eletricidade e da distribuição de gás.” (Furtado, 1999b, p. 24).

Neste sentido, a racionalização produtiva seria incompatível com um ideal qualitativo de desenvolvimento nacional, já que pressupõe concepções impostas “de fora para dentro” que não necessariamente estariam em consonância com um modelo de desenvolvimento proposto pela nação. Desse modo, é possível afirmar que esta incompatibilidade poderia resultar uma degradação dos setores produtivos e uma geração de desemprego.

“A empresa transnacional recruta recursos produtivos em escala global e está em condições de combinar mão-de-obra de baixo preço com trabalho altamente especializado, e pode minimizar os custos financeiros e maximizar a remuneração do capital. Trata-se de uma organização horizontal que opera mediante associações variadas de alcance planetário. E essas organizações são entidades de direito privado, sem responsabilidade pública que não sejam aquelas aceitas voluntariamente.” (Furtado, 1999b, p. 22)

Outro ponto problemático destacado por Furtado é o atraso tecnológico dos países classificados como “de terceiro mundo” em meio à globalização, uma vez que este fenômeno impõe aos países de terceiro mundo padrões derivados do centro global. Sendo assim, ao manter uma característica primário-exportadora, não internalizar o processo de inovação tecnológica e se inserir no mercado global a partir

da abertura ao capital e às mercadorias estrangeiras, o país mantém continuamente o ciclo do subdesenvolvimento, sendo subordinado e vulnerável às movimentações exteriores.

Furtado argumenta que, já no período da Revolução Industrial, apesar do aumento das fronteiras de exportação, o verdadeiro motor de crescimento para os países era o crescimento econômico interno, possibilitado pelo aumento do poder de compra da população assalariada. Além disso, a inovação técnica, e mais especificamente a internalização do processo de inovação, são essenciais para viabilizar o desenvolvimento continuado de uma economia ou para iniciar um processo de desenvolvimento, no caso dos países subdesenvolvidos.

Entretanto, a leitura feita pelo FMI da questão das dívidas externas e, conseqüentemente, do problema inflacionário dos países da América Latina, inviabiliza o desenvolvimento destes. Furtado entende que a leitura do FMI é Monetarista, isto é, a inflação seria decorrência das expansões fiscais realizadas para aumentar as importações e absorver os gastos sociais. Furtado, por sua vez, argumenta que a inflação deve ser vista como resultado do conflito distributivo dos países subdesenvolvidos, pois a expansão monetária responderia à necessidade de redistribuição da renda. Conseqüentemente, a recessão recomendada pelo FMI é um mecanismo que agrava a concentração de renda, não resolvendo o problema estrutural da inflação no país.

Outra consequência da aceitação dessa leitura sobre inflação diz respeito à deterioração dos termos de troca dos países subdesenvolvidos. Como a “receita” para lidar com a inflação é o choque recessivo, os países periféricos seriam inviabilizados de superar sua dependência tecnológica externa, visto que sua capacidade de investimento se torna mais limitada. Sendo assim, a constante deterioração dos termos de troca não seria superada justamente devido à essa limitação na capacidade de investimento, assim perpetuando o ciclo do subdesenvolvimento.

Por fim, Furtado aponta que:

“(…) certas condições devem ser cumpridas pelo país de economia periférica que pretenda superar o subdesenvolvimento. As de maior relevo são:

- a) um grau de autonomia de decisões que limite o mais possível a drenagem para o exterior do potencial de investimento;
- b) estruturas de poder que dificultem a absorção desse potencial pelo processo de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos e

- asseguem um nível relativamente alto de investimento no fator humano, abrindo caminho à homogeneização social;
- c) certo grau de descentralização de decisões empresariais requerido para a adoção de um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo;
 - d) estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração do poder.” (Furtado, 1999a, p. 54)

Como apontamos ao longo deste capítulo, o Neoliberalismo inviabiliza completamente que as condições levantadas no trecho acima ocorram nos países subdesenvolvidos. Sendo assim, podemos concluir que o projeto Neoliberal é um projeto que visa retomar as condições para a acumulação de capital e restaurar o poder de classe, especificamente a classe dominante. Para atingir esses objetivos, o Neoliberalismo busca desmobilizar a classe trabalhadora e cooptá-la através de um discurso de valorização da liberdade individual, ao mesmo tempo em que destrói seus direitos e extrai sua renda e riqueza, principalmente em momentos de crise do capitalismo. Por fim, para atingir seus objetivos em escala internacional, o Neoliberalismo perpetua o ciclo do subdesenvolvimento e impede que os países periféricos se desenvolvam, reduzindo severamente a qualidade de vida das suas populações de forma semelhante ao processo de acumulação primitiva.

CAPÍTULO 2 – O FMI e a América Latina

2.1 A Visão do Fundo

Para entender a atuação do FMI na América Latina nas duas últimas décadas do século XX, é necessário entender qual foi historicamente a função do Fundo no cenário político-econômico internacional. Para Boughton (2001), o FMI é criado com uma agência limitada para atuar internacionalmente, sua capacidade de influenciar a política econômica dos países era baixa, visto que não havia grande demanda por seus empréstimos. Cabe ressaltar que, no imediato pós-2ª Guerra, os EUA assumiram a responsabilidade de financiar a reconstrução da Europa e do Japão (Hobsbawm, 1995). Ademais, o Fundo é criado com o intuito de auxiliar o desenvolvimento dos países não-industrializados utilizando os créditos disponibilizados pelos países industrializados.

Naturalmente, a existência da relação credor-devedor existe em uma situação de assimetria de poder. Tal fato é reconhecido pelo Fundo e, mesmo com essa assimetria, sua leitura é de que foi capaz de mediar essa situação e atuar em favor do desenvolvimento dos países não-industrializados, reduzindo a desigualdade global, equilibrando a dominância do poder industrial e restaurando a autonomia dos países devedores (Boughton, 2001).

Na ordem pós-2ª Guerra Mundial de Bretton Woods, os EUA detinham a maior influência com o Fundo devido a ser a maior participação no total de fundos em posse da instituição, algo que ocorre até hoje (IMF, 2023). Com o colapso de Bretton Woods nos anos 1970, a reconstrução da Europa, a ascensão econômica do Japão e a divisão do mundo no contexto de Guerra Fria criam um cenário no qual o Fundo vê a possibilidade de rever seu papel e intervir, na visão do próprio Fundo, no sentido de estabilizar o sistema econômico internacional e evitar crises (Boughton, 2001).

Nesse sentido, a leitura feita pelo Fundo é de que há maior instabilidade no sistema. O fechamento do guichê do ouro por Nixon causa impactos severos em todas as economias do mundo, e na América Latina não foi diferente: os problemas estruturais das economias da região foram expostos. Diversos países passam por instabilidades econômicas e por gargalos relacionados ao estoque de dólares para o

comércio internacional. Para lidar com isso, são feitos diversos empréstimos para financiar processos de substituição de importações, de mudanças em padrões internos de consumo, que passam a depender da importação de bens de consumo duráveis, e na piora dos termos de troca para os países subdesenvolvidos e desaceleração das economias industriais.

Ao final da década de 70 e durante a década de 80 houve a chamada “Revolução Silenciosa” (Boughton, 2001), uma mudança no paradigma de relações econômicas e políticas internacionais, se distanciando de tendências de autarquia, insularidade, mercantilismo e controle e planejamento econômico por parte do governo. Em seu lugar, se consolida um mundo de crenças e políticas comuns baseadas no comércio e financeirização internacional mais abertos, preços competitivos e cooperação entre países, a racionalidade Neoliberal.

Nesse mesmo período, o Fundo amplia a utilização do Artigo IV dos *Articles of Agreement* do FMI, o conjunto de regras pelas quais o FMI funciona, utilizando de suas visitas como instrumento de vigilância da situação econômica dos países visitados. Para nossa análise, é importante destacar a Seção 3, item b do Artigo IV:

Section 3. Surveillance over exchange arrangements

(a) The Fund shall oversee the international monetary system in order to ensure its effective operation, and shall oversee the compliance of each member with its obligations under Section 1 of this Article.

(b) In order to fulfill its functions under (a) above, the Fund shall exercise firm surveillance over the exchange rate policies of members, and shall adopt specific principles for the guidance of all members with respect to those policies. Each member shall provide the Fund with the information necessary for such surveillance, and, when requested by the Fund, shall consult with it on the member's exchange rate policies. **The principles adopted by the Fund shall be consistent with cooperative arrangements by which members maintain the value of their currencies in relation to the value of the currency or currencies of other members, as well as with other exchange arrangements of a member's choice consistent with the purposes of the Fund and Section 1 of this Article.** These principles shall respect the domestic social and political policies of members, and in applying these principles the Fund shall pay due regard to the circumstances of members (FMI, 2020, p.6-7, grifo próprio).

Na Seção 3, item b, está contida a ideia de estabilidade nos valores das moedas dos países analisados em relação aos outros países do mundo. Ou seja, isso implica em evitar mudanças significativas na taxa de câmbio dos países e,

consequentemente, em uma política cambial e monetária passiva que, para Boughton (2001), implica a ideia de que a taxa de câmbio deve ser apenas um reflexo da situação econômica do país, e não um instrumento ativo de política econômica. Na classificação de Snowden e Vane (2005), isso se alinha tanto com a escola monetarista quanto com a escola Novo Clássica.

Ademais, reforçando a identificação do Fundo com essa escola, Boughton destaca que:

“Talvez o conselho mais frequentemente dado aos países – quase um símbolo do papel do fundo em algumas partes do mundo – era desvalorizar a moeda para compensar um excesso da inflação doméstica em comparação com a inflação mundial e consequentemente restaurar a competitividade internacional das indústrias de exportação do país. Para tentar evitar que a taxa doméstica de inflação subisse o suficiente para apagar os ganhos em competitividade ou desestabilizar a atividade econômica, o conselho da desvalorização era sempre acompanhado do conselho de exercer maior disciplina sobre as políticas monetária e fiscal. O Fundo ocasionalmente recomendava a desvalorização para países que não tinham problemas de inflação, mas haviam desenvolvido déficits problemáticos na conta corrente devido a forças externas, como o colapso do mercado mundial para a principal exportação de um país. A chave para o sucesso nesses casos era *reter* controle sobre as políticas fiscais após a necessária desvalorização, que inevitavelmente traria perdas na renda real para grande parte da população trabalhadora” (Boughton, 2001, p.84, tradução própria).

Essa recomendação pode fazer sentido em alguns casos como, por exemplo, países com poucas reservas internacionais e/ou recorrentes déficits na balança comercial. Por outro lado, um câmbio valorizado pode auxiliar, via ancoragem de expectativa dos agentes, no controle inflacionário, como foi o caso do Brasil no período do Plano Real. Caso o país seja altamente dependente de importações em setores chaves, uma desvalorização do câmbio em certas estruturas de custo pode resultar em um aumento considerável da inflação. Também cabe ressaltar que essas situações podem gerar fortes choques recessivos na economia.

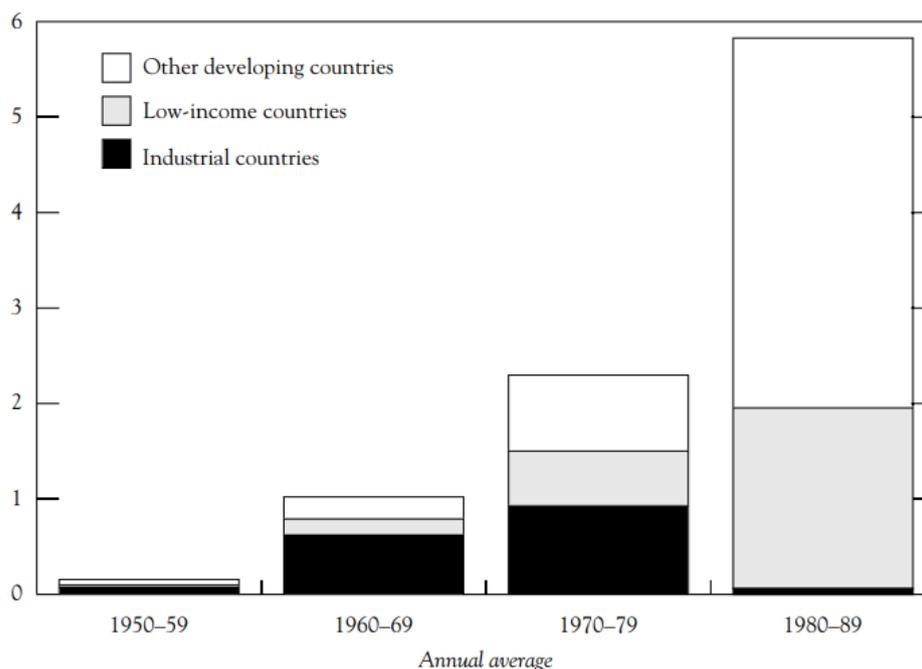
Entretanto, nunca era recomendado aos países visitados a instauração de políticas protecionistas. Por exemplo, em 1982, os países desenvolvidos estavam conseguindo controlar a inflação através de políticas econômicas mais apertadas, particularmente a política monetária, com a elevação da taxa de juros. Ao mesmo tempo, o dólar estava se valorizando continuamente em relação às principais moedas da Europa, o que preocupava os outros países, dada a possibilidade de as pressões

inflacionárias dos EUA fossem exportadas ao invés de eliminadas internamente (Boughton, 2001). Nesse contexto, os países industrializados tinham a intenção de relaxar suas políticas econômicas para possibilitar o crescimento sem uma alta inflacionária.

Nesse cenário mais aberto e instável internacionalmente, o Fundo busca novas formas de intervir mais ativamente nas políticas econômicas dos países devedores, visando estabilizar suas economias e evitar a contaminação do sistema financeiro internacional por crises que se iniciam localmente. Havia vontade por parte do Fundo de direcionar os credores também, principalmente no caso dos EUA, o qual o Fundo entendia como capaz de desestabilizar todo o cenário econômico internacional. No entanto, devido ao controle que os EUA exerciam sobre o Fundo através de sua participação financeira neste, isso não era possível.

Como podemos observar no Gráfico 4, durante as décadas de 1950 e 1960, os países industrializados eram os principais tomadores de empréstimo do FMI. Isso começa a mudar na década de 1970, quando os países em desenvolvimento e países de baixa renda passam a tomar mais empréstimos. Já na década de 1980, os países industrializados quase não são tomadores de empréstimos do Fundo.

Gráfico 4 - Empréstimos FMI em SDR, 1950-89
Billions of SDRs

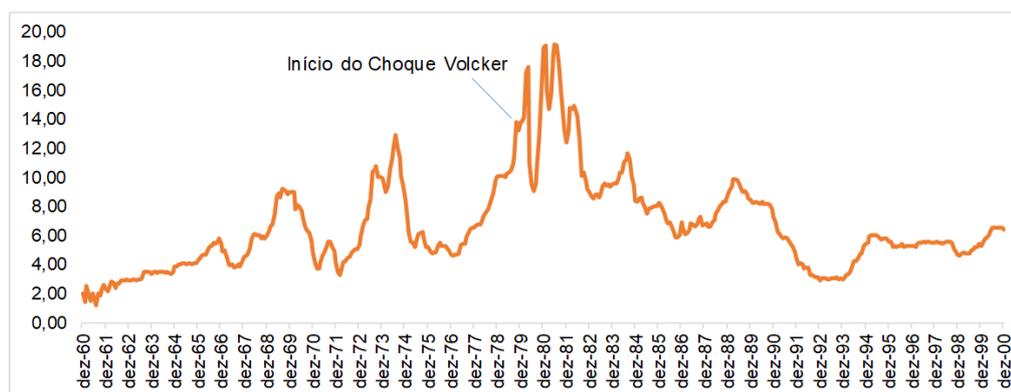


Fonte: Boughton, 2001.

Um dos problemas da década de 80 foi o aumento generalizado de déficits fiscais pelo mundo subdesenvolvido, como observado no gráfico 4. Esse aumento inicia-se na década de 1970, porém agrava-se na década seguinte. Nesse momento, os países da América Latina em geral passavam por momentos de crescimento inflacionário, um fenômeno cujas diversas explicações não serão debatidas neste texto. Para lidar com a inflação, os países da região, em geral, optaram por utilizar a política monetária, subindo as taxas de juros. Por outro lado, a visão geral desses países era de que era possível casar uma política monetária contracionista e uma política fiscal expansionista, isto é, os juros subiam, mas também aumentavam os gastos do governo, com o intuito de evitar um choque recessivo. Para auxiliar no financiamento dessa política fiscal expansionista, eram tomados empréstimos internacionais.

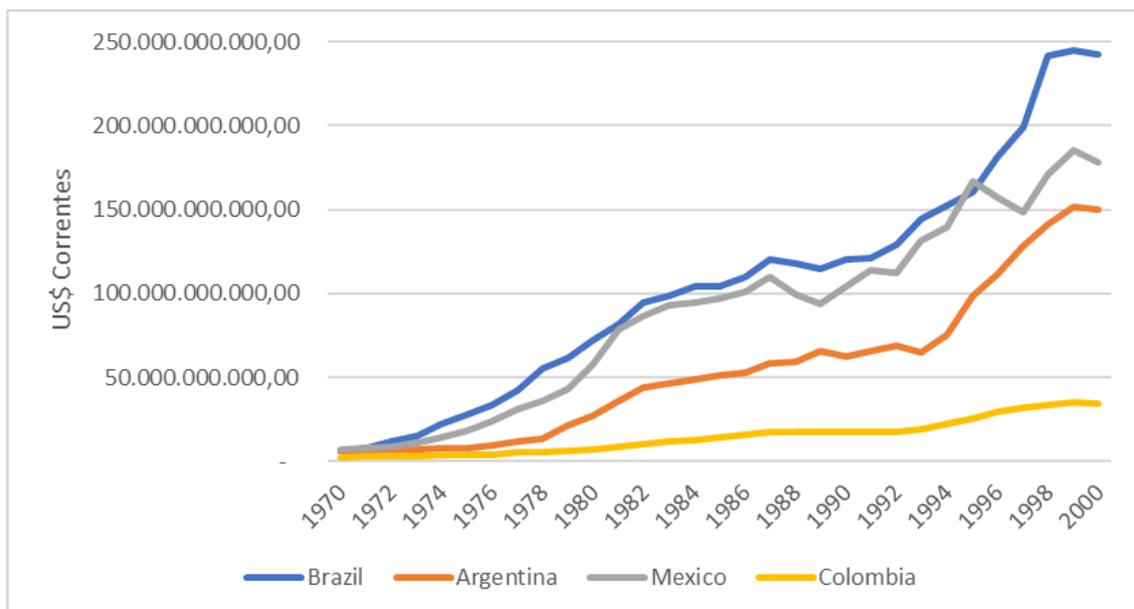
Com o Choque Volcker, que se iniciou em 1979, a disponibilidade de crédito para os países subdesenvolvidos diminui consideravelmente. Como resultado, esses países passam a tomar empréstimos de curto prazo, que anteriormente eram de longo prazo, e com taxas de juros maiores.

Gráfico 5 - Taxa de Juros (%) Efetiva do FED



Fonte: FRED, 2023. Elaboração própria.

Gráfico 6 - Estoque de dívida externa em US\$, 1970-2000



Fonte: World Bank, 2023. Elaboração própria.

O ponto crítico foi o início de uma crise no México, em 1982, na qual houve o risco de default por parte do país. A crise teria sido causada por mudanças no preço do petróleo, principal produto exportado pelo México, que desequilibrou sua balança comercial, gerando déficits que resultam em escassez de dólares no país que o impossibilita de cumprir com suas obrigações. A leitura dos países credores e do FMI é que isso apresenta um risco a todo o Sistema Monetária-Financeiro Internacional, visto que grandes bancos comerciais estavam expostos ao México naquele momento. Para o Fundo, a crise tem determinantes estruturais: os países subdesenvolvidos se endividaram ao longo da década de 70, um momento de maior abundância de crédito, porém não teriam realizado mudanças estruturais que tornassem seu crescimento financeiramente sustentável. Consequentemente, suas economias, já previamente insustentáveis, porém mascaradas pelo balanço comercial positivo devido à exportação de commodities, assim continuaram até estourar no início da década de 80.

Para evitar a deflagração de uma crise internacional, o FMI desenvolveu a estratégia dos *concerted lendings* (CL), utilizada pela primeira vez com o México, em 1982 (Boughton, 2001). Nela, o Fundo intermediava negociações e buscava levantar empréstimos suficientes, seja através de instituições oficiais ou de instituições

privadas, para atingir uma quantia que permitisse a rolagem da dívida por parte do país devedor. Em contrapartida, era exigido um planejamento por parte do governo devedor, normalmente no sentido de diminuir a dívida pública, normalmente através de corte de gastos com o bem-estar social e subsídios; desvalorização da moeda local, que em diversos casos o FMI considera que estava acima do valor ideal. Esse planejamento, apesar de feito pelo governo e aprovado pelo FMI, frequentemente não era seguido pelo governo. Foi comum os governos ultrapassarem metas estabelecidas de inflação, contração fiscal e de aumentos de salário, como foi o caso do México, da Argentina e do Brasil (Boughton, 2001). Isso resulta no desgaste da estratégia dos CL, que termina com o desenvolvimento do Plano Brady.

No Quadro 1, compilado por Boughton (2001), podemos observar que foram feitos 10 CL entre 1982 e 1986. Destes, 9 foram para países da América Latina. Em todos esses casos, os CLs foram capazes de impedir o estouro de uma crise imediata com potencial de contaminação sistêmica, porém não foram capazes de resolver os causadores de instabilidade na América Latina, como demonstra a recorrência de CLs feitos para Argentina e México, os casos mais graves. Na avaliação do FMI (Boughton, 2001), o único caso bem-sucedido de CL foi o do Chile, visto que a ditadura de Pinochet realizou grandes reformas estruturais liberalizantes e com características recessivas, tal como recomendado pelo Fundo.

Quadro 1 - Commercial Debt Crisis, 1981-89	Stage	Country and Year	Fund Involvement
I. Onset, 1981–82	Poland, 1981	None (nonmember)	
	Yugoslavia, 1981	Stand-by arrangement (SBA)	
	Costa Rica, 1981	Extended arrangement (EFF)	
	Hungary, 1982	SBA	
	Morocco, 1982	SBA	
	Romania, 1982	SBA	
	II. Concerted Lending, 1982–86	Mexico, 1982	EFF, concerted lending (CL)
Argentina, 1982		SBA, CL	
Brazil, 1982		EFF, CL	
Chile, 1983		SBA, CL	
Uruguay, 1983		SBA, CL	
Ecuador, 1983		SBA, CL	
Philippines, 1983–84		SBA	
Côte d'Ivoire, 1984		SBA, CL	
Peru, 1984		SBA	
III. MYRAs and Enhanced Surveillance, 1984–85	Mexico, 1984	Support for multiyear rescheduling agreement (MYRA)	
	Jamaica, 1984	SBA	
	Venezuela, 1984	MYRA, enhanced surveillance (ES)	
	Ecuador, 1984	SBA, MYRA	
	Argentina, 1984–85	SBA, CL	
IV. Experimentation, 1985–88	Chile, 1985	EFF, CL, support for debt-equity swaps	
	Colombia, 1985	Seal of approval	
	Bolivia, 1985	SBA, allowance of commercial arrears, support for debt buybacks	
	Yugoslavia, 1985–86	MYRA, ES	
	Uruguay, 1986	ES	
	Mexico, 1986	SBA, CL	
	Argentina, 1986	SBA, CL	
	Costa Rica, 1986–87	SBA, allowance of commercial arrears	
	Brazil, 1987–88	SBA	
	V. Debt Relief, 1989	Costa Rica, 1989	Brady-plan SBA
Philippines, 1989		Brady-plan EFF	
Mexico, 1989		Brady-plan EFF	
Venezuela, 1989		Brady-plan EFF	
Argentina, 1989		SBA	

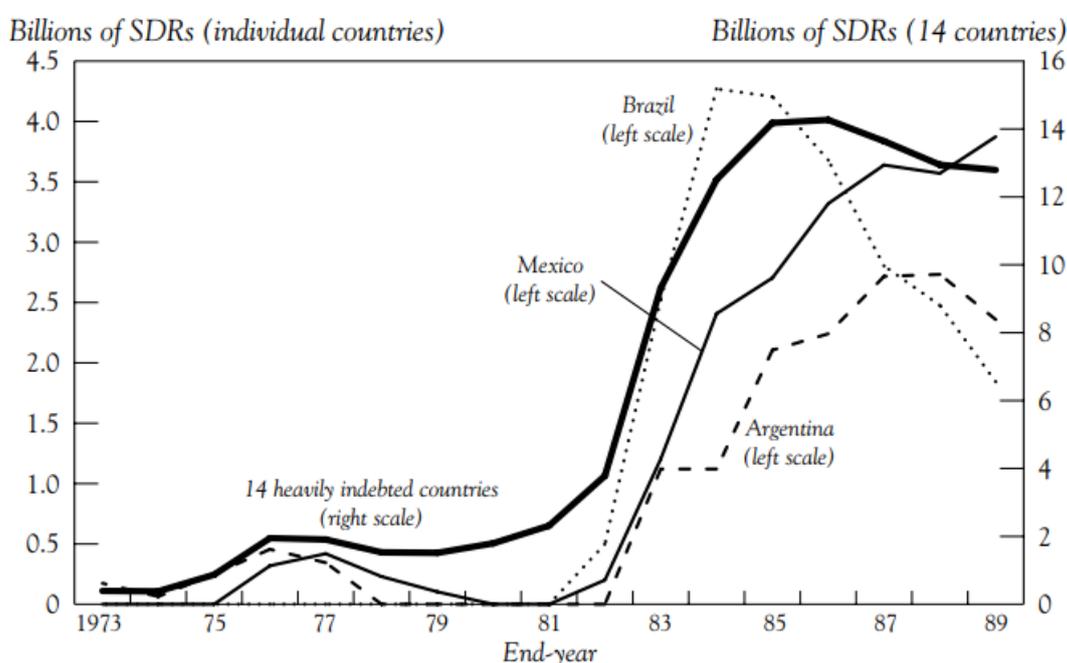
Fonte: Boughton, 2001.

O caso brasileiro merece comentários separados. Houve apenas um CL feito para o Brasil, em 1982. Esse CL foi polêmico internamente no país, gerando manifestações abertas contra o acordo por parte da oposição política à ditadura e de movimentos civis do período (Boughton, 2001). Além disso, não havia interesse por parte da ditadura, e nem do posterior governo democrático, de seguir as recomendações do Fundo. No período de 1983-86, o Brasil não fez um acordo com o Fundo, mas sim buscou levantar empréstimos com instituições oficiais e bancos

comerciais de forma independente (Boughton, 2001). Isso gerou consideráveis atritos entre o país e o Fundo, que culminaram na moratória declarada em 1987.

O Gráfico 7 ilustra a quantia dos empréstimos do Fundo para países altamente endividados no período estudado. Nele, podemos observar o crescimento dos empréstimos realizados em 1982, uma tendência que continua nos anos seguintes.

Gráfico 7 – Crédito Excepcional do Fundo para Países Pesadamente Endividados, 1973-89



Fonte: Boughton, 2001.

Como observamos, a situação econômica dos países latino-americanos piora consideravelmente em 1982, um importante ponto de inflexão para nossa análise. Para o Fundo, ele falhou ao não realizar apropriadamente a vigilância da região (Boughton, 2001). O mecanismo disponível para vigiar os países eram as visitas realizadas sob o Artigo IV dos Articles of Agreement, realizadas a cada dois anos. Nelas, o país visitado recebe funcionários do FMI para discussões e coletas de dados que permitirão ao Fundo realizar estudos e elaborar relatórios, sejam estes internos ou divulgados ao público. Com a situação do México em 1982, o Fundo chega à conclusão de que é necessário vigiar os países subdesenvolvidos de forma mais constante e incisiva, o que passa a ser feito como contrapartida dos empréstimos que

ele realizou ao longo da década. Ademais, cabe ressaltar que os agentes privados e outros credores oficiais (bancos centrais de países industriais, como o FED) convergem para a ideia de que o Fundo deve desempenhar um papel de vigilância em relação aos países subdesenvolvidos.

Para os países subdesenvolvidos, como exemplificado no caso brasileiro, a vigilância do Fundo pode ser vista como um mecanismo de interferência externa e violação da soberania nacional. Essa divergência em relação à atuação do FMI é um ponto central para o entendimento das relações centro-periferia no sistema capitalista internacional.

2.2 Os casos de Argentina, Brasil, Chile e México

Ao longo deste tópico, analisaremos dados da Argentina, Brasil, Chile e México nos períodos diretamente antes e após os acordos de *Concerted Lendings* (CL) com o FMI. Os dados analisados serão de PIB; Inflação; Desemprego; Parcela da Renda detida pelos 10% mais ricos; Total de Reservas Internacionais; Saldo da Balança Comercial de Bens e Serviços; Estoque da Dívida Externa Total; Estoque da Dívida Externa de Curto e Longo Prazo; e Influxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro. A maior parte dos dados foi retirado diretamente do site do Banco Mundial, com uma minoria vindo do INEGI (*Instituto Nacional de Estadística y Geografía*), do México.

Considerando os países analisados, em 1982 houve CLs para o México, Argentina e Brasil; em 1983 para o Chile; um refinanciamento da dívida mexicana em 1984, bem como outro CL para a Argentina; um CL para o Chile em 1985; e, por fim, CLs para México e Argentina em 1986. Cabe ressaltar que, ao longo deste período, também ocorreram alguns *Stand-by arrangements* e *Extended Fund Facilities* para esses mesmos países, conforme apontado no Quadro 1 do capítulo 2.1. Entretanto, o foco de análise recairá sobre a primeira rodada de CLs para esses países, nos anos de 1982 e 1983.

Ao analisar os dados, buscaremos compreender quais as tendências das economias desses países antes dos acordos e quais as tendências nos primeiros anos após os acordos. Dessa forma, poderemos compreender mais profundamente

quais foram os impactos das contrapartidas de políticas econômicas e reformas estruturais solicitadas pelo Fundo e realizadas pelos países que buscaram seu crédito como meio de evitar o default em suas dívidas externas.

2.2.1 Argentina

Quadro 2 - Dados macroeconômicos - Argentina

	PIB (US\$ Constantes de 2015)	Inflação (Deflator do PIB, % a.a.)	Desemprego (% do total da força de trabalho)	Parcela da Renda detida pelos 10% mais alto	Total de Reservas Internacionais (US\$ Correntes, inclui Ouro)	Saldo da Balança Comercial de Bens e Serviços	Estoque da Dívida Externa Total (US\$ Correntes)	Estoque da Dívida Externa de Curto Prazo (US\$ Correntes)	Estoque da Dívida Externa de Longo Prazo (US\$ Correntes)	Influxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro (US\$ Correntes)
1970	220,73	6,5%	4,8%	-	0,68	-	5,89	0,64	5,25	0,09
1971	233,22	31,3%	6,0%	-	0,30	-	6,35	0,69	5,67	0,13
1972	237,02	64,2%	6,6%	-	0,57	-	6,89	0,75	5,96	0,07
1973	243,69	65,5%	5,6%	-	1,60	-	7,37	0,79	6,37	0,10
1974	257,17	30,6%	3,4%	-	1,89	-	7,80	0,84	6,88	0,02
1975	257,10	197,7%	2,3%	-	0,85	-	7,90	0,85	6,76	0,06
1976	251,91	438,3%	4,5%	-	1,98	1,13	9,50	1,02	7,95	0,24
1977	269,38	159,4%	2,8%	-	3,84	1,84	11,68	2,72	8,53	0,14
1978	257,24	161,4%	2,8%	-	5,93	2,46	13,51	3,43	10,08	0,25
1979	283,54	147,4%	2,0%	-	11,63	0,34	21,18	6,91	14,27	0,21
1980	287,84	95,8%	2,3%	30,2%	9,30	-3,29	27,32	10,38	16,94	0,68
1981	272,90	105,3%	4,5%	-	5,01	-1,01	35,81	12,92	22,89	0,84
1982	270,90	194,5%	4,7%	-	4,50	2,32	43,79	16,52	27,27	0,23
1983	282,68	380,2%	4,2%	-	2,84	2,95	46,11	8,91	36,02	0,19
1984	287,12	611,2%	3,5%	-	2,59	3,20	49,06	10,72	37,24	0,27
1985	272,22	607,4%	5,3%	-	4,70	4,34	51,16	6,73	42,11	0,92
1986	288,97	77,3%	4,4%	32,2%	4,43	1,54	52,69	4,41	45,54	0,57
1987	296,79	127,5%	5,3%	34,2%	3,73	0,25	58,72	3,53	51,34	-0,02
1988	293,55	381,2%	6,0%	-	5,16	3,56	59,02	5,72	49,62	1,15
1989	272,54	3046,1%	7,3%	-	3,22	5,11	65,54	8,52	53,91	1,03
1990	265,82	2078,3%	7,1%	-	6,22	7,95	62,48	10,44	48,95	1,84

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Conforme apresentado no Quadro 1 do capítulo anterior, a Argentina realizou três acordos com o Fundo na década de 1980: 1982, 1984 e 1986, todos um misto de SBA e CL.

Na década de 1970, mais especificamente entre 1970 e 1979, a Argentina experimentou um crescimento real do PIB de 28%, um resultado de aproximadamente 3% ao ano. No entanto, essa trajetória positiva não se mantém na próxima década e é revertida quando, entre 1980 e 1989, o PIB tem uma queda de 5%. Embora o comportamento do PIB argentino já fosse errático nos anos 70, esse padrão se acentuou significativamente na década de 80, tornando-se ainda mais instável.

A partir de 1971, o país passa a enfrentar uma inflação cronicamente alta e, mesmo com os ajustes econômicos propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1982 mediante a realização de um CL, as taxas de inflação não conseguiram

retornar a níveis razoáveis nem desaceleraram substancialmente por toda a década de 1980.

Ao analisarmos os Influxos Líquidos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), especialmente nos cinco anos anteriores e posteriores ao CL de 1982, não se observa uma mudança significativa nesse fluxo. Entretanto, cabe ressaltar que há uma queda em 1982, que pode ser explicada, em grande parte, pela Guerra das Malvinas, que afetou negativamente a confiança dos investidores. Quanto ao mercado de trabalho, as taxas de desemprego na Argentina se mantiveram relativamente baixas ao longo do período analisado. Existe uma correlação positiva de 53,5% entre a taxa de inflação e o nível de desemprego entre 1970 e 1990, o que indica que, à medida que a inflação subia, o desemprego também tendia a aumentar. Cabe ressaltar que a alta correlação entre os dois não necessariamente é um indicador de causalidade. Apesar de já observarmos um aumento no desemprego desde 1981, o desemprego se intensifica no ano após cada acordo com Fundo.

Em relação à dívida externa, a Argentina começou a enfrentar uma crescente dependência de empréstimos. Inicialmente, a dívida era predominantemente de longo prazo, mas entre 1976 e 1977, após o chamado "choque Volcker", a relação entre dívidas de curto prazo e de longo prazo aumentou consideravelmente, indicando que o país passou a recorrer a empréstimos de curto prazo com maior frequência. A partir de 1983, essa relação começou a cair novamente, possivelmente devido ao acordo de CL com o FMI, que possibilitou à Argentina acessar novamente empréstimos de longo prazo. Nesse sentido, não podemos destacar a importância do acordo com o Fundo para viabilizar o acesso à linhas de crédito mais vantajosas para o país.

Analisando a situação geral, não podemos concluir que as reformas implementadas após os acordos com o FMI tenham sido suficientes para restaurar um crescimento econômico estável ou o processo de acumulação de capital no país. Por outro lado, embora os dados disponíveis sobre a concentração de renda sejam limitados, há indícios de que tenha ocorrido um aumento na desigualdade durante o período analisado, indicando, mesmo em pequeno nível, a ideia de restauração do poder de classe apresentada por Harvey. Contudo, para afirmar isso de maneira conclusiva, seria necessário um aprofundamento nas pesquisas e um maior volume de dados disponíveis, principalmente de concentração de renda e riqueza.

2.2.2 Brasil

Quadro 3 - Dados macroeconômicos - Brasil

	PIB (US\$ Constantes de 2015)	Inflação (Deflator do PIB, % a.a.)	Desemprego (% do total da força de trabalho)	Parcela da Renda detida pelos 10% mais alto	Total de Reservas Internacionais (US\$ Correntes, inclui Ouro)	Saldo da Balança Comercial de Bens e Serviços (US\$ Correntes)	Estoque da Divida Externa Total (US\$ Correntes)	Estoque da Divida Externa de Curto Prazo (US\$ Correntes)	Estoque da Divida Externa de Longo Prazo (US\$ Correntes)	Influxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro (US\$ Correntes)
1970	342,97	16,3%	-	-	1,19	-	5,98	0,71	5,27	0,39
1971	381,87	19,4%	-	-	1,75	-	7,73	0,92	6,80	0,45
1972	427,46	19,9%	3,1%	-	4,22	-	11,86	1,42	10,45	0,46
1973	487,18	29,6%	2,8%	-	6,51	-	15,07	1,80	13,26	1,18
1974	526,90	34,6%	-	-	5,46	-	22,46	2,70	19,76	1,21
1975	554,12	33,9%	-	-	4,17	-4,99	27,78	3,31	24,48	1,30
1976	610,96	41,2%	1,9%	-	6,67	-3,97	33,80	4,04	29,76	1,56
1977	641,11	45,4%	2,3%	-	7,44	-1,69	42,50	6,00	36,50	1,83
1978	672,97	38,2%	2,4%	-	12,19	-2,88	55,03	7,08	47,95	2,01
1979	718,46	54,4%	2,8%	-	9,84	-5,04	61,80	8,64	53,15	2,42
1980	784,56	92,1%	-	-	6,88	-5,96	71,98	13,54	58,44	1,91
1981	751,21	100,5%	4,0%	45,9%	7,48	-1,69	81,91	15,35	66,56	2,52
1982	757,45	101,0%	4,8%	46,2%	4,00	-2,81	94,43	17,48	76,40	2,91
1983	735,26	131,5%	4,6%	46,8%	4,56	4,06	99,02	14,26	82,12	1,61
1984	774,96	201,7%	4,0%	46,5%	11,96	11,34	104,36	11,02	89,16	1,59
1985	835,79	248,5%	3,4%	42,5%	11,62	10,76	104,17	9,38	90,18	1,44
1986	898,40	149,2%	2,4%	46,6%	8,18	5,73	109,65	9,43	95,71	0,35
1987	930,11	206,2%	3,6%	47,4%	8,13	8,79	120,48	13,37	103,13	1,17
1988	929,55	628,0%	3,8%	49,2%	9,11	16,15	118,04	10,49	104,21	2,80
1989	958,92	1304,4%	4,1%	51,1%	9,68	13,33	114,93	18,01	94,49	1,13
1990	917,21	2737,0%	4,7%	48,1%	10,00	6,99	120,31	23,72	94,78	0,99

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O caso brasileiro, em comparação com o argentino, apresenta características distintas no que tange ao desempenho econômico e às políticas adotadas. Ao longo da década de 1970, o Brasil experimentou um crescimento constante do PIB, embora com um revés significativo em 1981, quando a economia entrou em recessão. O crescimento foi tímido em 1982, e o país enfrentou nova recessão em 1983, resultando em três anos consecutivos de desempenho econômico negativo. Somente em 1984 o PIB começou a se recuperar e, em 1985, ultrapassou os níveis de 1980. Após o acordo com o FMI em 1982, o Brasil experimentou um período de crescimento considerável apesar de, antes do acordo, o país já ter registrado taxas de crescimento superiores. Sendo assim, não seria possível atribuir o crescimento do país às reformas de política econômica propostas pelo Fundo.

A inflação, por outro lado, foi um desafio constante durante todo o período analisado. Ao longo das duas décadas analisadas, ela apresentou uma trajetória de crescimento razoável, com poucos momentos de deflação, porém não é possível afirmar que a trajetória inflacionária tenha sido constantemente aceleracionista. Em 1986, com o lançamento do Plano Cruzado e a estratégia de congelamento de preços,

o Brasil conseguiu conter momentaneamente a inflação, mas em 1987 o índice voltou a subir. Em 1988, houve uma aceleração significativa da inflação, um fenômeno que pode ser atribuído "Feijão com Arroz", plano ortodoxo do Ministro Maílson da Nóbrega, que visava estabilizar a economia através de ajustes fiscais em linha com as propostas do FMI. A inflação em 1988 escalou para níveis nunca observados na economia brasileira. Também cabe ressaltar que, assim como no caso Argentino, a correlação entre a inflação e o desemprego foi positiva.

O desemprego no Brasil, de acordo com os dados do Banco Mundial, manteve-se relativamente baixo durante a maior parte do período, com uma leve alta na década de 1980, quando se estabilizou em torno de 4%. Esse número, apesar de não alarmante de imediato, indicou um aumento das dificuldades econômicas no contexto da alta inflacionária. Em relação às reservas internacionais, o Brasil sempre apresentou um nível relativamente baixo, especialmente em comparação com o tamanho da economia. Entre 1978 e 1982, antes do acordo com o FMI, as reservas caíram consideravelmente, o que levou à necessidade de renegociar a dívida externa e evitar o default através do acordo com o Fundo.

A balança comercial brasileira, que apresentou saldo negativo durante toda a década de 1970, começou a mostrar superávit a partir de 1982, ano do acordo com o Fundo. Entre 1982 e 1990, o Brasil registrou uma média de superávit de U\$ 9,2 bilhões por ano na balança comercial, um fator que pode ser visto de forma favorável na visão do Fundo, mas que foi incapaz de levar ao controle inflacionário.

Além disso, a relação entre crédito de curto e longo prazo na dívida externa brasileira teve um movimento semelhante ao da Argentina. Desde 1977, houve um aumento na participação dos créditos de curto prazo, porém de forma menos expressiva do que o observado na Argentina. Após o acordo com o FMI em 1982, a relação entre os dois tipos de crédito voltou a diminuir até 1988, quando um novo acordo com o Fundo foi realizado. A partir de 1988, a participação dos créditos de curto prazo na dívida externa aumentou consideravelmente até 1990.

Outro aspecto relevante foi o fluxo de investimentos estrangeiros diretos, que foi positivo ao longo de todo o período, mesmo durante os anos de recessão. O ano de 1982 apresentou um dos maiores influxos líquidos de capital estrangeiro, um reflexo da confiança do sistema financeiro internacional na estrutura de acordo

firmada entre o país e o Fundo. No entanto, ao longo do período, a concentração de renda entre os 10% mais ricos da população aumentou, embora não de forma linear. Em alguns anos, houve diminuições na desigualdade, mas, no geral, a tendência foi de maior concentração de riqueza ao final do período.

Portanto, embora o Brasil tenha enfrentado dificuldades econômicas consideráveis na década de 1980, o país conseguiu, com o tempo, estabilizar sua economia, melhorar seu superávit comercial e atrair investimentos estrangeiros. Por outro lado, o país foi incapaz de manter o nível de desemprego observado na década de 1970 e lidar com a inflação crescente. Nesse sentido, o acordo com o Fundo pode ter causado um impacto positivo na economia brasileira ao ter possibilitado o acesso ao crédito de longo prazo. Entretanto, apesar da retomada positiva do crescimento da economia do país, as taxas de crescimento após o acordo foram, em geral, menores do que as observadas no período anterior, enquanto a inflação, o desemprego e a concentração de renda foram crescentes. Sendo assim, o caso brasileiro também foi de restauração do poder de classe, porém as condições para a retomada da acumulação de capital também foram retomadas, mesmo que a taxas menores.

2.2.3 Chile

Quadro 4 - Dados macroeconômicos - Chile

	PIB (US\$ Constantes de 2015)	Inflação (Deflator do PIB, % a.a.)	Desemprego (% do total da força de trabalho)	Parcela da Renda detida pelos 10% mais alto	Total de Reservas Internacionais (US\$ Correntes, inclui Ouro)	Saldo da Balança Comercial de Bens e Serviços (US\$ Correntes)	Estoque da Divida Externa Total (US\$ Correntes)	Estoque da Divida Externa de Curto Prazo (US\$ Correntes)	Estoque da Divida Externa de Longo Prazo (US\$ Correntes)	Influxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro (US\$ Correntes)
1970	40,59	40,6%	-	-	0,39	-	-	-	-	0,01
1971	44,42	17,7%	-	-	0,23	-	-	-	-	-0,02
1972	43,96	87,6%	-	-	0,18	-	-	-	-	0,00
1973	41,75	414,8%	-	-	0,28	-	-	-	-	0,00
1974	42,75	678,6%	-	-	0,31	-	-	-	-	0,00
1975	37,23	347,2%	14,7%	-	0,24	-0,22	-	-	-	0,05
1976	38,66	247,3%	12,8%	-	0,59	0,43	-	-	-	0,00
1977	42,69	101,8%	11,8%	-	0,65	-0,28	-	-	-	0,02
1978	45,98	56,3%	14,3%	-	1,40	-0,70	-	-	-	0,18
1979	49,85	48,0%	13,6%	-	2,72	-0,62	-	-	-	0,24
1980	53,83	29,1%	10,5%	-	4,13	-1,08	-	-	-	0,21
1981	57,35	11,6%	11,4%	-	3,89	-3,29	-	-	-	0,38
1982	51,03	7,7%	19,6%	-	2,60	-0,41	-	-	-	0,40
1983	48,47	31,0%	14,7%	-	2,04	0,55	-	-	-	0,14
1984	50,46	15,7%	13,9%	-	2,30	-0,18	-	-	-	0,08
1985	52,48	41,7%	-	-	2,45	0,50	-	-	-	0,14
1986	55,30	21,5%	8,7%	-	3,05	0,63	-	-	-	0,32
1987	58,88	25,8%	-	45,4%	3,38	0,85	-	-	-	0,89
1988	63,20	21,7%	6,2%	-	3,91	1,52	-	-	-	0,97
1989	69,47	13,8%	5,3%	-	4,33	1,02	-	-	-	1,28
1990	71,79	22,5%	5,6%	47,0%	6,78	1,06	-	-	-	0,66

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O caso do Chile em relação ao FMI se distingue principalmente pela sequência de eventos que marcaram sua recuperação econômica após o golpe militar de 1973 e a subsequente recessão de 1982. Em 1983, o Chile firmou um acordo com o FMI, após enfrentar uma recessão considerável no ano anterior. A década de 1970 foi de grande instabilidade econômica, reflexo direto da turbulência política do país, culminando no golpe que depôs o governo de Salvador Allende. Embora o país tenha adotado várias reformas neoliberais antes do acordo com o Fundo, essas reformas se intensificaram após 1983.

Apesar da recuperação, 1983 também foi marcado por uma escalada inflacionária significativa, após quase uma década de desaceleração dos preços. No entanto, embora a inflação tenha se mostrado volátil e oscilante, não houve uma explosão inflacionária nos anos seguintes. O controle da inflação parece ter sido obtido à custa de níveis elevados de desemprego, que só começaram a diminuir a partir de 1986. Esse aumento do desemprego pode ser interpretado como uma forma de ajuste necessário para estabilizar a economia e controlar a inflação, embora tenha causado dificuldades sociais durante esse período. Nesse sentido, o caso chileno se aproxima à ideia postulada na Curva de Phillips, com o aumento do desemprego ocorrendo ao mesmo tempo que a queda da inflação, o que é comprovado pela correlação negativa entre as duas variáveis.

Antes do golpe, as reservas internacionais do Chile eram relativamente baixas, mas a partir da década de 1980 houve uma elevação considerável dessas reservas. No entanto, esse aumento não foi acompanhado por superávits comerciais, o que dificultava a consolidação de uma recuperação econômica sustentável. A partir do acordo com o FMI, em 1983, o país conseguiu gerar superávits comerciais constantes, um dos aspectos que se tornou um ponto comum entre os países que assinaram acordos com o Fundo, como Brasil, Argentina e México.

Outro fator importante foi o fluxo de investimento direto estrangeiro. Embora o Chile nunca tenha sido um grande destino para investimentos estrangeiros, houve um aumento significativo após o acordo com o FMI, refletindo a maior confiança dos agentes do mercado financeiro internacional no “aval” representado pelo acordo com o Fundo. Nesse sentido, é interessante ressaltar que as reformas neoliberais realizada

por Pinochet e os Chicago Boys apesar de terem resultado em um aumento do investimento direto estrangeiro foram menos eficientes do que a fixação de um acordo com o Fundo. No entanto, vale ressaltar que não há dados disponíveis sobre o estoque de dívida externa do Chile durante esse período, o que limita a análise detalhada sobre a estrutura da dívida do país.

Em resumo, o Chile, após o golpe militar e os anos de incerteza política e econômica, conseguiu, através de uma série de reformas neoliberais e do acordo com o FMI, retomar o crescimento. No entanto, esse processo não foi sem desafios, como o aumento do desemprego e a escalada inflacionária no início da década de 1980. Apesar disso, o país experimentou uma recuperação gradual, com superávits comerciais, aumento das reservas e maior influxo de investimento direto estrangeiro a partir de 1983. O Chile, dessa forma, é um caso interessante de ser estudado a partir da ótica do Neoliberalismo, podendo ser considerado, principalmente através de métricas de crescimento econômico e investimento direto estrangeiro, em um caso de sucesso. Entretanto, cabe ressaltar que a situação política do Chile, bem como sua proximidade com o governo dos EUA e da Inglaterra não pode ser desconsiderada para o entendimento mais aprofundado de sua trajetória econômica. Também cabe ressaltar, novamente, o alto custo social do nível de desemprego no país e a ausência de dados sobre a concentração de renda e riqueza, que permitiriam tirar conclusões mais precisas sobre as consequências da agenda Neoliberal no país.

2.2.4 México

Quadro 5 - Dados macroeconômicos - México

	PIB (US\$ Constantes de 2015)	Inflação (Deflator do PIB, % a.a.)	Desemprego (% do total da força de trabalho)	Parcela da Renda detida pelos 10% mais alto	Total de Reservas Internacionais (US\$ Correntes, inclui Ouro)	Saldo da Balança Comercial de Bens e Serviços (US\$ Correntes)	Estoque da Dívida Externa Total (US\$ Correntes)	Estoque da Dívida Externa de Curto Prazo (US\$ Correntes)	Estoque da Dívida Externa de Longo Prazo (US\$ Correntes)	Influxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro (US\$ Correntes)
1970	293,44	2,7%	-	-	0,76	-	7,10	1,00	6,10	0,31
1971	304,49	6,4%	-	-	0,98	-	7,63	1,08	6,55	0,31
1972	329,54	6,5%	-	-	1,30	-	8,35	1,18	7,17	0,18
1973	355,45	13,4%	7,5%	-	1,68	-	10,67	1,51	9,16	0,46
1974	375,98	23,1%	7,2%	-	1,92	-	14,08	2,01	12,07	0,51
1975	397,58	15,6%	7,2%	-	1,90	-	18,38	2,62	15,76	0,46
1976	415,14	19,4%	6,7%	-	1,40	-	24,14	3,45	20,32	0,73
1977	429,22	30,4%	8,1%	-	1,94	-	31,38	5,45	25,42	0,33
1978	467,66	16,0%	6,8%	-	2,27	-	35,91	4,95	30,66	0,66
1979	513,02	19,7%	5,8%	-	3,09	-1,85	42,97	8,02	34,81	1,33
1980	557,94	41,4%	4,5%	-	4,18	-4,98	57,57	16,16	41,41	2,09
1981	611,42	25,1%	4,2%	-	4,97	-7,38	78,41	24,98	53,43	3,08
1982	611,12	61,1%	4,2%	-	1,78	5,12	86,27	26,21	59,84	1,90
1983	582,86	88,9%	6,8%	-	4,79	13,72	93,16	10,15	81,75	2,19
1984	603,34	59,3%	5,7%	-	8,02	12,79	95,02	6,45	86,21	1,54
1985	614,92	59,1%	4,4%	-	5,68	7,68	97,06	5,45	88,64	1,98
1986	590,75	70,9%	4,3%	-	6,67	4,42	101,08	5,90	91,12	2,40
1987	602,94	142,0%	3,9%	-	13,69	8,91	109,65	5,80	98,69	2,63
1988	610,29	100,6%	3,6%	-	6,33	2,41	99,40	7,88	86,72	2,88
1989	632,41	27,4%	3,0%	40,2%	6,74	-0,27	94,02	8,66	80,26	3,17
1990	665,61	28,1%	2,8%	-	10,22	-3,11	104,60	16,08	81,97	2,63

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O México, assim como o Brasil, experimentou boas taxas de crescimento do PIB ao longo da década de 1970, com uma média superior a 6% ao ano, refletindo um desempenho econômico robusto durante esse período. No entanto, a situação mudou drasticamente em 1982, quando o país enfrentou uma crise econômica que resultou em estagnação e, em seguida, em recessão. Ao contrário do Brasil, que conseguiu retomar o crescimento após os acordos com o FMI, o México teve uma recuperação muito mais modesta. Entre 1983 e 1990, o crescimento médio do PIB mexicano foi de apenas 1,3% ao ano, um número consideravelmente inferior ao observado antes da crise. Um fator importante que Boughton destaca é que, enquanto o Brasil seguiu de forma mais flexível as recomendações do FMI, o México e a Argentina implementaram as reformas sugeridas de maneira mais rigorosa, o que pode ter contribuído para o crescimento econômico limitado observado nesses dois países.

No campo inflacionário, o México também enfrentou altas taxas de inflação ao longo da década de 1970, embora essas taxas fossem, em média, inferiores às do Brasil. A inflação no país era menos constante, com mais períodos de desaceleração do que o observado no caso brasileiro. A partir do início dos acordos com o FMI, o México foi capaz de controlar a inflação, embora as taxas interanuais ainda

permanecessem elevadas até 1990, refletindo os desafios persistentes para a estabilização dos preços.

Em relação ao desemprego, o México já apresentava níveis relativamente altos no início da década de 1970, mas a taxa foi caindo progressivamente até o final da década. Após os acordos com o FMI, o país conseguiu manter o desemprego em níveis mais baixos, embora essa tendência de queda já fosse observada antes do acordo de 1982. Esse declínio no desemprego, portanto, não pode ser atribuído exclusivamente aos ajustes impostos pelo FMI. Também cabe ressaltar que a queda no nível de desemprego acontece tanto em anos de aceleração inflacionária quanto em anos de queda, o que nos indica uma tendência subjacente mais forte no sentido do aumento do nível de emprego na economia mexicana.

O México também compartilhava com o Brasil um nível relativamente baixo de reservas internacionais e um saldo negativo na balança comercial durante a maior parte da década de 1970. Porém, como no Brasil, as reformas econômicas implementadas a partir de 1982 permitiram a geração de superávits comerciais por sete anos consecutivos, o que contribuiu para a melhoria das reservas internacionais do país.

Durante o período de 1979 a 1982, o México experimentou um aumento na participação de empréstimos de curto prazo na sua dívida externa, algo semelhante ao que ocorreu na Argentina. A partir de 1982, após o primeiro acordo com o FMI, essa participação foi reduzida, refletindo as mudanças nas políticas de endividamento e nas condições de crédito do país. Esse ajuste na estrutura da dívida, entretanto, não ocorreu automaticamente. Na década de 1980, o país realizou quatro acordos diferentes com o Fundo, possibilitando o acesso ao crédito de longo prazo em troca de reformas estruturais Neoliberais mais severas.

Outro ponto relevante foi o influxo de investimentos estrangeiros diretos, que, assim como no Brasil, se manteve positivo ao longo de todo o período e aumentou a partir de 1979. Segundo Boughton (2001), o crescimento do fluxo de investimentos foi impulsionado pela boa performance econômica do México na década de 1970, que gerou uma percepção de estabilidade e segurança, permitindo que o país contraísse mais empréstimos de curto prazo. Esse influxo de capital estrangeiro ajudou a financiar a expansão do crédito e a fomentar o crescimento antes da crise de 1982,

mas também contribuiu para o aumento da vulnerabilidade do país ao aumento da dívida externa. Nesse sentido, não seria possível afirmar que o acordo com o Fundo foi o que viabilizou o investimento direto estrangeiro no país, visto que esse fluxo já existia anteriormente.

Em resumo, o México seguiu um caminho semelhante ao do Brasil em termos de crescimento e reformas econômicas durante a década de 1970, mas a crise de 1982 e as reformas Neoliberais realizadas no país tiveram um impacto muito mais profundo na sua recuperação. Enquanto o Brasil conseguiu recuperar-se de maneira mais rápida após os acordos com o FMI, o México enfrentou dificuldades econômicas persistentes ao longo da década de 1980, com um crescimento muito modesto, controle da inflação, e um mercado de trabalho que apresentou uma tendência de redução do desemprego. A combinação de superávits comerciais, elevação das reservas internacionais e o influxo de investimentos estrangeiros ajudou a estabilizar a economia mexicana, embora os resultados de longo prazo fossem mais limitados.

2.3 Comparação entre os países

Os casos de Argentina, Brasil, Chile e México apresentam tanto convergências quanto divergências em seus resultados econômicos nas décadas de 1970 e 1980. Nesta seção, apontaremos como essas economias se aproximam e se diferenciam antes e depois dos CLs do FMI.

Todos os países analisados fizeram mais de um acordo com o Fundo na década de 1980, porém suas economias não reagiram da mesma forma a esses acordos. Em todos os casos, a cada acordo, o FMI reforçava seus condicionantes de reformas estruturais para a realização de empréstimos ou a movimentação para um CL. Além disso, em todos os casos o FMI apresentou o mesmo diagnóstico apesar das diferenças de cada uma das quatro economias. Entre as recomendações estavam os cortes de gastos públicos, flexibilização do mercado de trabalho, abertura comercial e foco na estabilização dos preços.

Os quatro países analisados tiveram problemas com suas dívidas externas, que solucionaram mediante a tomada de empréstimos com o Fundo. No caso de Argentina, Brasil e México – cujos dados da dívida externa estão disponíveis –

observamos que antes de estourar uma crise de dívida externa há uma escalada da participação dos empréstimos de curto prazo na estrutura geral da dívida externa. Nesses três casos, a atuação do Fundo viabilizou a retomada de linhas de crédito de longo prazo, o que contribuiu para evitar a deflagração de uma crise generalizada na dívida externa desses países.

Em todos os casos, o acordo com o Fundo parece ter contribuído para uma elevação geral no nível de influxos líquidos de investimento direto estrangeiro. Entretanto, cabe ressaltar que no caso de México e Brasil esses níveis já eram elevados antes do acordo, diferente do caso Argentino. Também é importante ressaltar que a natureza desses fluxos não está sendo avaliada nesses dados e, por consequência, é possível que estes tenham sido de natureza especulativa e desestabilizadora para essas economias, visto que houve, em todos os casos, desregulamentação sobre o investimento direto estrangeiro.

Um fator em comum claro entre os quatro países foi a alteração do sentido do saldo da Balança Comercial. Após os acordos com o Fundo, todos os países passam a apresentar constantemente superávits em suas balanças. Esses superávits contribuíram para o pagamento da dívida externa desses países, porém é possível que esses superávits tenham ocorrido através de uma reprimarização das exportações e da desindustrialização destes países. Para confirmar essa hipótese, seria necessário observar mais detalhadamente a pauta de exportação e importação desses países ao longo deste período, algo que não faremos neste trabalho mas que pode ser explorado futuramente.

Com a exceção do Chile, os outros três países analisados vinham de crescimentos reais consideráveis em suas economias na década anterior ao acordo com o Fundo e tiveram recessões nos momentos imediatamente anteriores ao acordo. Nestes três casos, o ritmo de crescimento foi mais tímido do que o observado anteriormente e, mais especificamente no caso Argentino, o crescimento foi inconstante e intervalado com períodos de recessão.

Novamente, com exceção do Chile, os outros três países apresentaram uma correlação positiva entre a inflação e nível de desemprego, ou seja, momentos de aceleração da inflação coincidiam com aumentos do nível de desemprego. Por outro lado, como já mencionado anteriormente, o caso chileno se aproxima do postulado

teórico da Curva de Phillips. Entretanto, diferentemente dos outros países, o Chile apresentou níveis altos de desemprego no início de sua série histórica que foram caindo com o tempo, enquanto os outros países apresentavam níveis menores de desemprego que sobem após o acordo com o Fundo.

Quando tratamos de inflação, com a exceção do Chile, os outros países não apresentaram variações controladas em seus níveis de preço mesmo após a realização de reformas neoliberalizantes como resultado do acordo com o Fundo. Novamente, é importante ressaltar que as reformas realizadas pelos três países não foram realizadas na mesma intensidade e no mesmo momento, porém tiveram o mesmo sentido geral de desregulamentação do mercado de trabalho e controle fiscal mais rígido dos gastos do governo.

Por fim, os poucos dados disponíveis de concentração de renda apontam que houve aumento desta no período analisado. Entretanto, cabe novamente o destaque da pouca disponibilidade desses dados e que mais informações seriam importantes para compreendermos melhor o nível dessa concentração.

Em resumo, analisando os dados é possível observar que o acordo com o Fundo efetivamente causou algumas alterações significativas no comportamento das economias dos países analisados. O maior destaque de convergência foram os saldos positivos nas balanças comerciais, a estabilização e menor nível de crescimento econômico após o acordo, a resposta insatisfatória ao crescimento inflacionário, e a elevação nos níveis de desemprego e investimento direto estrangeiro.

CAPÍTULO 3 – As críticas ao Neoliberalismo e ao FMI

Ao longo deste capítulo, exploraremos algumas das críticas ao Neoliberalismo e à atuação do FMI, principalmente em relação à América Latina.

3.1 A crítica de Edmar Bacha

Para Bacha (1984), o FMI tem uma atuação marcante nas economias dos países que enfrentam problemas em seus balanços de pagamentos. Quando um país recorre ao FMI, é devido à dificuldade de financiar seu déficit no balanço de pagamentos. Nesse contexto, o FMI oferece empréstimos, mas condicionados a medidas que visam o ajuste fiscal e o equilíbrio da balança comercial, visando possibilitar a amortização desses empréstimos e evitar uma futura crise de dívida externa. Além disso, para Bacha, o FMI atua como uma espécie de avalista para outras instituições financeiras internacionais, garantindo a continuidade dos fluxos financeiros globais, mas à custa de políticas que frequentemente resultam em austeridade e recessão. Esse papel de “avalista” é o que possibilitou o aumento dos influxos de investimento direto estrangeiro para os países analisados no capítulo anterior.

Entretanto, essa abordagem do FMI é baseada em um modelo hipotético de pleno emprego, que raramente se verifica nas economias em crise. Como destaca Bacha (1984), o ajuste fiscal proposto pelo FMI frequentemente leva a cortes significativos nos investimentos do governo, o que reduz a importação de bens de capital e diminui a demanda das indústrias internas. A consequência direta disso é o aumento do desemprego – conforme vimos no capítulo anterior - já que as indústrias, incapazes de sustentar a produção, começam a demitir trabalhadores e a reduzir sua demanda por matérias-primas e produtos intermediários. Consequentemente, com a queda da produção e do emprego industrial, haveria uma desindustrialização considerável, diferente da promovida intencionalmente pelos EUA e países da Europa em seus territórios internos. Esse efeito cascata ampliaria a recessão, impactando negativamente o restante da economia. No caso dos países analisados vimos que, em geral, a recessão do PIB não foi agravada pelos ajustes propostos pelo Fundo, porém a taxa de crescimento posterior ao acordo foi menor do que o observado nos períodos anteriores.

Bacha (1984) argumenta que essa formulação de ajustes é resultado de assimetrias no sistema econômico internacional e que os ajustes perpetuam essa assimetria. Bacha aponta que é necessário compreender os déficits comerciais de um país como parte de um sistema no qual há superávits sendo gerados em outro país. Sendo assim, se o intuito dos ajustes propostos pelo Fundo é estabilizar a economia global, os ajustes deveriam ser feitos tanto nos países deficitários quanto nos superavitários, fazendo com que estes últimos aumentem seus níveis de importações para compensar os déficits gerados em outros países.

Bacha (1984) quantifica esse impacto ao afirmar que, conforme seus cálculos, o processo de ajuste fiscal recomendado pelo FMI pode resultar em uma queda do produto interno bruto (PIB) até três vezes maior do que o necessário para corrigir o desequilíbrio no balanço comercial. Ou seja, o remédio prescrito para resolver o déficit externo pode causar danos econômicos muito mais profundos e duradouros. Esse impacto seria ainda sério ao considerarmos que os países deficitários, em geral, não funcionam a plenas capacidades produtivas e, por consequência, não apresentariam demandas no nível ótimo.

Além disso, Bacha critica a premissa implícita nas políticas do FMI de que os déficits no balanço de pagamentos são consequência de um excesso de demanda interna. Segundo essa lógica, seria necessário controlar a demanda interna por meio de recessão para equilibrar as contas externas. No entanto, Bacha questiona essa suposição, apresentando dois cenários que contradizem essa visão:

1) Súbita restrição da demanda externa: Em um cenário em que ocorre uma queda na demanda por exportações, o país deficitário experimenta uma redução tanto na demanda interna quanto nas exportações, o que pode aumentar o déficit externo. Nesse caso, a recessão interna não seria a causa do desequilíbrio, mas sim a queda na demanda externa.

2) Desvalorização inadequada da moeda: Em outro cenário, a taxa de câmbio do país não é desvalorizada de maneira suficiente para acompanhar a elevação dos custos internos. Isso provoca uma redução nas exportações e uma diminuição da demanda interna, mas sem que haja excesso de demanda interna. Embora essas situações gerem um déficit nas contas correntes, elas não indicam um problema de demanda interna excessiva, mas de distorções externas ou cambiais.

Em ambos os casos, Bacha argumenta que a solução para o desequilíbrio no balanço de pagamentos não reside na recessão interna, como propõe o FMI. Em vez disso, no primeiro cenário, seria necessário promover uma retomada da expansão da demanda externa, enquanto no segundo, a medida correta seria uma desvalorização mais agressiva da moeda nacional.

Outro ponto crucial da análise de Bacha sobre o FMI é o viés monetário adotado pela instituição no diagnóstico e na solução dos desequilíbrios do balanço de pagamentos. O FMI assume uma relação estável entre a demanda por moeda e a demanda por bens, tratando a demanda por bens como dependente da demanda por moeda. Consequentemente, através do controle da oferta de moeda, o FMI busca controlar a demanda por bens, o que se reflete em políticas monetárias restritivas.

Além disso, o FMI exerce uma pressão constante sobre o setor público, buscando reduzir sua participação na economia em favor do setor privado. Para isso, a instituição monitora a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), estabelecendo metas para sua participação no PIB. Esse controle visa evitar o que o FMI denomina crowding out, que poderia prejudicar o setor privado. Assim, o FMI busca, de maneira ativa, diminuir o tamanho do Estado na economia, favorecendo a atuação do setor privado. Bacha observa que essa política é, na prática, uma decisão política, mas raramente é discutida como tal nas análises do FMI.

A consequência dessa orientação é a tomada de setores-chaves das economias por representantes do setor privado e, frequentemente, estrangeiros. Nesse contexto, o desenvolvimento dos países periféricos é colocado em xeque, visto que o Estado perde a autonomia e a capacidade de investimentos necessária para gerar mudanças estruturais.

3.2 A crítica de Paulo Batista

Batista (1994) pensa sua crítica a partir do Consenso de Washington. Ele entende que o Consenso não causou uma mudança significativa no direcionamento da atuação do Fundo ou da política econômica interna dos países subdesenvolvidos, mas sim serviu como uma consolidação formal do Neoliberalismo já em voga. Dentre

as principais diretrizes do Consenso estão: disciplina fiscal; reforma tributária; liberalização financeira; a utilização do regime cambial para controlar a inflação; liberalização comercial; promoção do investimento direto estrangeiro; privatização; desregulamentação; proteção da propriedade intelectual; priorização dos gastos públicos.

Para Batista (1994), o Consenso de Washington representa uma convergência para a redução do Estado e a corrosão do conceito de soberania nacional. O modelo defendido pelo consenso é um tipo de economia de mercado baseada nas ideias de Adam Smith, mas com uma grande limitação: ele ignora as formas de capitalismo desenvolvidas na Europa Continental e no Japão. O modelo de mercado do Consenso de Washington foi estruturado para um cenário de "mercados atomizados", com pequenas e médias empresas em condições de competição quase perfeitas, em que a mão de obra era tratada como uma mercadoria, sujeita às forças da oferta e demanda.

Entretanto, no capitalismo moderno, as realidades são bem diferentes. O mundo está dominado por grandes corporações geridas por executivos, mercados financeiros complexos e sistemas oligopolistas, com preços e salários administrados em grande parte pelas grandes empresas de forma oligopolística ou monopolística. O papel do Estado, como regulador e até como "empresário", se torna fundamental para o bom funcionamento da economia, algo que Furtado (1999a) também destaca.

Entretanto, Batista (1994) aponta que a tese de encolhimento do Estado defendida pelo Consenso de Washington não é compatível com as realidades econômicas dos Estados Unidos e da União Europeia na época, que, além de enfrentarem déficits orçamentários e elevados níveis de endividamento público, mantinham uma forte intervenção estatal na economia.

Batista (1994) argumenta que, embora o equilíbrio fiscal seja importante para o combate à inflação, a visão neoliberal falha ao não fazer uma distinção clara entre despesas correntes e investimentos. O esforço para alcançar um equilíbrio fiscal com níveis tão baixos de receita inviabiliza a atuação do Estado como incentivador do desenvolvimento econômico, promotor do pleno emprego e da justiça social. O objetivo do neoliberalismo, de "emagrecer" o Estado, pode levar a um ponto onde a

própria funcionalidade do governo fica comprometida, prejudicando sua capacidade de garantir a segurança interna e a integridade territorial.

A privatização, um dos pilares do Consenso de Washington, tem o efeito de enfraquecer o Estado, especialmente quando se refere à desnacionalização de empresas em setores estratégicos. Muitas vezes, a privatização resulta na transferência de ativos de países subdesenvolvidos para governos ou corporações dos países centrais do capitalismo, enfraquecendo ainda mais a soberania econômica dos países latino-americanos.

A defesa da abertura comercial pelo Consenso de Washington também desconsidera a realidade do comércio internacional, dominado por grandes empresas multinacionais que possuem maior poder de mercado, acesso a capital e estratégias de investimento mais sofisticadas. As empresas menores, especialmente nas economias periféricas, enfrentam dificuldades imensas para competir em condições desiguais.

Por fim, a abertura financeira defendida pelo Consenso não resulta em uma verdadeira transferência de tecnologia ou inovações. Pelo contrário, o investimento estrangeiro tende a transferir bens para os países devedores, mas protege suas patentes e tecnologias. Além disso, o investimento estrangeiro é altamente volátil e propenso a se retirar rapidamente caso surjam problemas econômicos ou políticos no país receptor.

Em conclusão, o modelo do Neoliberalismo, defendido pelo Consenso de Washington e pelo Fundo, causa problemas sérios para as economias em desenvolvimento e as condenam a este estado permanente. O modelo de privatização e desregulamentação dos investimentos estrangeiros, bem como a visão fiscalista rasa que não faz distinção entre gastos e investimentos, restringe seriamente a capacidade de atuação do Estado e o leva a definhar. Cabe destacar que, para Batista, esse problema não é um acidente do modelo Neoliberal, mas sim um fator intencional que visa manter o subdesenvolvimento existindo na periferia do capitalismo.

Considerações finais

Os casos da Argentina, Brasil, Chile e México revelam tanto convergências quanto divergências nos resultados econômicos dessas economias durante as décadas de 1970 e 1980, especialmente no contexto das reformas propostas pelo FMI e que foram promovidas pelos países da AL.

Uma das convergências mais notáveis foi a imposição de reformas estruturais exigidas pelo FMI, que incluíam cortes de gastos públicos, flexibilização do mercado de trabalho, abertura comercial e controle da inflação. Todos os países enfrentaram problemas com suas dívidas externas e recorreram ao FMI para negociá-las. Observou-se que, antes da crise da dívida externa, houve um aumento significativo nos empréstimos de curto prazo na estrutura da dívida, o que foi seguido pela concessão de empréstimos de longo prazo, que ajudaram a mitigar os impactos da crise de dívida. Além disso, o FMI proporcionou a criação de linhas de crédito de longo prazo, evitando uma crise de escala maior.

Outro ponto de convergência foi o aumento do influxo de investimentos diretos estrangeiros, embora com algumas distinções. No Brasil e no México, o fluxo de investimentos já era elevado antes dos acordos, enquanto na Argentina esse aumento foi mais visível após as intervenções do FMI. Contudo, a natureza desses fluxos, muitas vezes especulativos e desestabilizadores, levanta questionamentos sobre os benefícios a longo prazo desses investimentos. Além disso, todos os países experimentaram superávits em seus balanços comerciais após os acordos com o FMI. Embora esses superávits tenham sido importantes para o pagamento da dívida externa, pode-se argumentar que eles foram conquistados com base no modelo de “ajuste recessivo do balanço de pagamentos” e à custa da reprimarização das exportações e da desindustrialização, fenômenos que afetaram a capacidade de desenvolvimento econômico de longo prazo desses países.

A resposta à inflação e ao desemprego também apresentou tendências semelhantes. Excluindo o Chile, que seguiu um padrão de redução gradual do desemprego, a Argentina, o Brasil e o México enfrentaram um aumento do desemprego após a implementação das reformas, divergindo da expectativa teórica convencional de controle da inflação e pleno emprego. Em termos de inflação, os resultados foram igualmente insatisfatórios nos três países que não seguiram o

modelo chileno, com o controle da inflação mostrando-se ineficaz em muitos casos, mesmo após as reformas.

Em relação à distribuição de renda, os dados disponíveis sugerem um aumento na concentração de renda, embora a escassez de dados completos sobre o tema dificulte uma análise mais detalhada. Isso indica que as políticas promovidas pelo FMI podem ter exacerbado as desigualdades sociais e econômicas, um aspecto crítico quando se avalia a efetividade das reformas propostas.

Ao examinar as críticas teóricas de Edmar Bacha e Paulo Batista sobre o papel do FMI e do Consenso de Washington, podemos entender melhor as limitações e os impactos negativos dessas reformas. Para Bacha, o FMI, ao atuar como "avalista" das economias em crise, frequentemente exige ajustes fiscais que resultam em recessão, aumento do desemprego e desindustrialização. O modelo do FMI, baseado na premissa de um pleno emprego hipotético, ignora as realidades das economias em crise, onde o ajuste fiscal leva a um agravamento dos problemas econômicos. Bacha defendia que, para corrigir os desequilíbrios no balanço de pagamentos, seria necessário um ajuste simultâneo nos países superavitários e deficitários, o que não é contemplado pelos ajustes impostos pelo FMI.

Já Paulo Batista, ao criticar o Consenso de Washington, aponta que a agenda neoliberal promovida pelo FMI resultou em uma redução do papel do Estado, o que dificultou a promoção do desenvolvimento e da justiça social nos países periféricos. Batista observa que o modelo neoliberal ignorou a complexidade do capitalismo moderno, caracterizado por grandes corporações e mercados oligopolistas, e que a redução do Estado, em vez de favorecer o crescimento econômico, enfraqueceu as economias periféricas e prejudicou a soberania nacional.

Em suma, a análise dos casos de Argentina, Brasil, Chile e México revela que os acordos com o FMI resultaram em uma série de transformações econômicas que, embora tivessem o objetivo de estabilizar as economias e resolver problemas fiscais e de dívida externa, frequentemente geraram efeitos negativos, como o aumento do desemprego, a desindustrialização e o agravamento das desigualdades sociais. As críticas de Bacha e Batista oferecem uma visão crítica sobre o impacto das reformas neoliberais promovidas pelo FMI, sugerindo que o modelo adotado, ao reduzir o papel do Estado e priorizar políticas de austeridade, não só falhou em resolver os problemas

estruturais das economias periféricas, mas também perpetuou a sua dependência e subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Publicado em SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BACHA, Edmar. Prólogo para a terceira carta. In: *Fórum Gazeta Mercantil. FMI x Brasil: A armadilha da recessão*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1984.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *CESP (Cadernos de Debates n. 1)*: São Paulo, 1994.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. Os Antecedentes da Tormenta. Carta Maior, 2008. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Os-antecedentes-da-tormenta/7/14411>>. Acesso em: 10 abr.2021.
- BOUGHTON, James M. Silent Revolution: The International Monetary Fund 1979-1989. International Monetary Fund, 2001. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/Ft/history/2001/index.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2023
- COUTINHO, Maurício. Lições de Economia Política Clássica. São Paulo, Hucitec, 1993.
- FEDERAL Reserve Economic Data: banco de dados. Disponível em: <<https://fred.stlouisfed.org/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo, Abril S.A. Cultural, 1984.
- HARVEY, David. A Brief History of Neoliberalism. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- HAYEK, Friedrich. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOOVER, Kenneth. Economics as Ideology: Keynes, Laski, Hayek, and the Creation of Contemporary Politics. Oxford, Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- INTERNATIONAL Monetary Fund: banco de dados. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Home>>. Acesso em: 15 mai. 2021
- JOHNSON, Harry. Inflación, Revolución y Contrarevolución Keynesiana y monetarista. Barcelona, Ediciones Orbis, 1985.

LAVAL, Christian. Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal. São Paulo, Editora Elefante, 2020.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard. Modern Macroeconomics – Its Origins, Development and Current State. Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited, 2005.

POLANYI, Karl. The Great Transformation – The Political and Economic Origins of Our Time. Boston, Beacon Press, 2001.

OFFICE for National Statistics. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/>>. Acesso em: 17 mai. 2021

U.S. Government Publishing Office, USGPO. Disponível em <https://www.govinfo.gov/>. Acesso em: 10 jun. 2021

WORLD Bank Open Data: banco de dados. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 16 mai. 2021

WORLD Inequality Database: banco de dados. Disponível em: <<https://wid.world/>>. Acesso em: 10 jun. 2021